

Demonstrações financeiras

GOL Linhas Aéreas S.A.
31 de dezembro de 2020
com relatório do Auditor Independente

Gol Linhas Aéreas S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório da Administração	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	14
Demonstrações do valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Relatório da Administração

Em 15 de janeiro de 2021, a GOL completou 20 anos de atuação, com mais de 500 milhões de Clientes transportados no curso da sua história. Durante essas duas décadas de constantes inovações, a GOL transformou a história da aviação comercial no Brasil e democratizou o transporte aéreo nacional com qualidade, uma jornada que a trouxe à liderança do mercado doméstico brasileiro pelo 5º ano consecutivo, com *market share* de 38%. A GOL operou mais de 4,2 milhões de voos para destinos no Brasil, na América Latina, no Caribe e nos Estados Unidos, enquanto sua frota cresceu de 13 aeronaves em janeiro/2001 para 128 atualmente.

“Essa história é escrita diariamente pelo nosso Time de Águias, composto por milhares de pessoas que se dedicam à GOL. Mais uma vez, gostaríamos de agradecer a nossos Colaboradores pela lealdade, dedicação e pela proatividade, que são fundamentais para o sucesso da Companhia, especialmente durante esse momento de pandemia, quando o trabalho árduo do nosso Time de Águias tem prestado um serviço essencial aos brasileiros, transportado profissionais de saúde e, mais recentemente, auxiliado na distribuição das vacinas. Nos orgulha constatar que isso foi resultado do desenvolvimento de uma empresa aérea inteligente e comprometida com a eficiência. A democratização do transporte aéreo sempre será a nossa marca registrada e ela nos motiva a continuar ampliando horizontes”, adicionou Kakinoff.

Experiência do Cliente e Segurança pessoal: O *Net Promoter Score* (NPS) da GOL foi de 34 no trimestre e 38 no acumulado de 2020, uma sólida métrica indicativa da combinação vencedora do produto *best-in-market* e do elevado engajamento da equipe de atendimento ao Cliente da Companhia. Pelo quinto ano consecutivo, a GOL foi eleita pelo prêmio *Top of Mind* como a companhia aérea mais lembrada do país.

“A reputação da GOL entre nossos Clientes atesta nossa capacidade de adaptação frente à crise global que reformulou completamente o setor da aviação comercial. Sem dúvidas esse prêmio é um motivo de orgulho para todo o Time de Águias”, comentou Kakinoff. “Acreditamos que manter a confiança do consumidor será importante durante e após a pandemia, pois os Clientes escolherão voar em empresas aéreas com um sólido histórico de Serviço e Segurança.”

Sustentabilidade como direcionador estratégico: Por meio de sua Política de Sustentabilidade, a Companhia estabeleceu uma estratégia para fortalecer suas práticas ambientais, sociais e de governança. Em 2020, a GOL foi a única empresa brasileira incluída em uma seleta lista de 13 aéreas globais que receberam a certificação Estágio 1 da IATA Environmental Assessment, IEnvA, que é a validação de que a Companhia desenvolveu uma política ambiental consistente e está cumprindo suas responsabilidades.

Durante a pandemia, a GOL também apoia importantes iniciativas de saúde e sociais, incluindo o transporte gratuito de medicamentos e de Profissionais da Saúde voando a trabalho, assim como disponibilizando a sua malha aérea aos órgãos governamentais para distribuição das vacinas. Em 2020, a Companhia fez parceria com o Hospital Albert Einstein, autoridade em saúde pública e privada no Brasil e na América Latina, visando o desenvolvimento um projeto de assessoria para avaliar, reestruturar e certificar suas já rígidas medidas de higienização contra a disseminação do coronavírus em aeronaves e aeroportos. A GOL é a primeira e única empresa no Brasil a obter o selo Einstein Covid-19 para Normas de Qualidade e Segurança.

Vendas: No quarto trimestre, as vendas brutas consolidadas atingiram aproximadamente R\$2,5 bilhões, aumento de 44% em relação ao 3T20. As vendas médias diárias da GOL superaram R\$27 milhões, as quais representam cerca de 80% dos níveis de venda pré-pandemia. Com os voos adicionais durante o mês de dezembro, a receita de passageiros transportados aumentou 91% sobre o 3T20. Durante o mês de novembro, a campanha de Black Friday da Companhia resultou na venda de mais de meio milhão de bilhetes.

Kakinoff comentou: “Observamos um aumento substancial nas vendas durante o quarto trimestre, à medida que os passageiros voltaram a voar. Sabemos que a recuperação não será linear, mas isso indica a rapidez com que a demanda pode retornar com o avanço no processo de vacinação no Brasil”. Estamos preparados para atender a demanda com nosso modelo operacional flexível e de baixos custos.”

O Ministério da Saúde prevê ter 576 milhões de doses de vacinas contra Covid-19 até o final deste ano, de acordo com documento apresentado em audiência federal no Senado em 04/03/21. Dessas, 415 milhões já foram contratadas, enquanto 161 milhões estão em negociação. A previsão inclui os imunizantes Oxford-AstraZeneca, CoronaVac, Covaxin, Sputnik V, Johnson&Johnson Janssen, Pfizer-BioNTech e Moderna. A estimativa também conta com 9 milhões de doses recebidas pelo consórcio Covax. Algumas dessas vacinas ainda não obtiveram registro ou aprovação para uso emergencial da Anvisa. O Ministério da Saúde prevê que todos os brasileiros possam ser vacinados até final de 2021.

Capacidade: A Companhia mantém forte posição nos principais aeroportos brasileiros por meio de sua malha consolidada e com principais *hubs* em GRU, GIG, BSB e FOR. Além disso, a GOL estabeleceu em julho/20 um novo *hub* em Salvador, por meio do qual a Companhia poderá explorar novos mercados regionais em conjunto com seus parceiros estratégicos.

Celso complementou: “A adequação da capacidade à demanda sempre foi um diferencial competitivo da gestão de frota da Companhia e nos permite manter significativa flexibilidade para responder às tendências preponderantes do tráfego aéreo. Não enfrentamos as mesmas preocupações de nossos competidores com complexidade de frota ou exposição de aeronaves de grande porte exclusivamente destinadas para o mercado internacional. Durante a pandemia, continuamos na liderança da indústria na gestão da capacidade, mantendo alto níveis de taxa de ocupação, consistentes com o período pré-pandemia.”

Ajustes de malha e frota: Comparativamente ao 3T20, os voos diários dobraram chegando a 403 no 4T20, para servir 177 mercados, representando 54% da frequência diária do 4T19, sendo que 166 desses mercados são operados pela Companhia e 11 via parceiros da GOL. A GOL reabriu 6 bases no Brasil durante o trimestre: Carajás (CKS), Fernando de Noronha (FEN), Cruzeiro do Sul (CZS), Jericoacoara (JJD), Caldas Novas (CLV) e Cabo Frio (CFB). Com essas reaberturas no quarto trimestre, a GOL operou em 100% das bases da malha doméstica do período anterior à pandemia. A Companhia permanece atenta às determinações dos governos de outros países e ao comportamento da demanda para atuar novamente com sua malha internacional. A Companhia concluiu seu plano de ajuste de frota do ano de 2020 e encerrou dezembro com uma frota total de 127 B737s, sendo 7 MAX e com 95 aeronaves em operação, um aumento de 24 aeronaves comparativamente ao final de setembro/20.

Mercado doméstico

A demanda da GOL no mercado doméstico foi de 6.242 milhões de RPK, uma redução de 35,2%, enquanto a oferta teve um decréscimo de 34,0% em comparação ao 4T19, e a taxa de ocupação chegou a 81,1% no trimestre. A Companhia transportou 5,2 milhões de Clientes no 4T20, uma queda de 43,3% comparado com o mesmo período de 2019. Pelo 5º ano consecutivo, a GOL permanece a líder em transporte de passageiros no Brasil.

Mercado internacional

No 4T20, a Companhia realizou voos de fretamento não regulares para times e para a seleção brasileira de futebol em competições esportivas. Como a maioria das fronteiras encontravam-se fechadas, a GOL não ofertou voos regulares internacionais.

Volume de decolagens e total de assentos

O volume total de decolagens da Companhia foi de 37.088, um decréscimo de 45,6% em comparação ao 4T19. O total de assentos disponibilizados ao mercado foi de 6,5 milhões no quarto trimestre de 2020, uma queda de 46,3% em relação ao mesmo período de 2019.

Frota

Ao final do 4T20, a frota total da GOL era de 127 aeronaves Boeing 737, sendo 120 NGs e sete (7) MAX operacionais. No 4T19, a Companhia contava com 137 aeronaves, sendo sete (7) MAX (não operacionais). A idade média da frota da empresa foi de 11,0 anos ao final do 4T20.

A GOL não opera aeronaves de grande porte (*widebody*), nem possui aviões financiados via mercado de capitais, EETCs ou arrendamentos financeiros. Sua frota é 100% composta por aeronaves de médio porte (*narrowbody*) financiadas via arrendamentos operacionais.

Frota Total ao Final do Período	4T20	4T19	Var.	3T20	Var.
B737s	127	137	-10	129	-2
B737-7 NG	23	24	-1	22	1
B737-8 NG	97	106	-9	100	-3
B737-8 MAX	7	7	0	7	0

Ao final do 4T20, a Companhia concluiu renegociações de parte de seus contratos de arrendamentos de aeronaves e motores operacionais, sem opção de compra, que resultaram em modificações contratuais relacionadas a extensões de prazo e novos valores de prestação mensais em comparação aos termos originais dos contratos. A remensuração do passivo de arrendamento considerou os novos fluxos de pagamentos, a taxa de desconto e a taxa de câmbio da data das modificações contratuais.

Relacionamento com auditores independentes

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes, a Companhia se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Embasado no Inciso III, artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03 a Companhia adota como procedimento formal, para a contratação de outros serviços profissionais que não os de auditoria contábil externa, consultar seu Comitê de Auditoria para assegurar-se de que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização de serviços não relacionados à auditoria.

A Companhia informa que seus auditores independentes, a Grant Thornton Auditores Independentes (“GT”) não prestou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, serviços adicionais não relacionados à auditoria.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12ª andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
GOL Linhas Aéreas S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GOL Linhas Aéreas S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GOL Linhas Aéreas S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2, que menciona que as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional. Adicionalmente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia sofreu reduções recorrentes nas suas operações durante o exercício de 2020, impactada principalmente pelos efeitos da pandemia da Covid-19, com redução significativa na demanda (redução de 56% nas receitas de passageiros em 2020 em comparação com 2019), possuindo deficiência de capital circulante líquido e patrimônio líquido negativo em 31 de dezembro de 2020 que, juntamente com outros eventos e condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Companhia estão descritos na Nota Explicativa nº 1. As demonstrações financeiras não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

O exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação em 01 de julho de 2020 com parágrafo de incerteza relevante relacionada a continuidade operacional).

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 março de 2021



Octavio Zampirolo Neto
CT CRC 1SP-289.095/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Gol Linhas Aéreas S.A.**Balancos patrimoniais**

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	127.001	340.832
Aplicações financeiras	6	5.066	153.413
Caixa restrito	7	351.575	298.521
Contas a receber	8	355.145	775.515
Estoques	9	195.638	199.213
Adiantamentos a fornecedores e terceiros	10	308.046	141.412
Impostos a recuperar	11	102.682	210.571
Direitos com operações de derivativos	31.2	12.526	3.500
Outros créditos e valores		123.239	98.281
Total circulante		1.580.918	2.221.258
Não circulante			
Aplicações financeiras	6	11.385	-
Caixa restrito	7	188.831	139.386
Depósitos	13	1.913.284	1.839.288
Adiantamentos a fornecedores e terceiros	10	89.701	48.387
Impostos a recuperar	11	284.553	103.032
Créditos com empresas relacionadas	27	26.809	199.256
Direitos com operações de derivativos	31.2	28.620	-
Outros créditos e valores		22.464	994
Investimentos	14	815	1.254
Imobilizado	15	4.888.425	5.812.952
Intangível	16	1.690.692	1.728.440
Total não circulante		9.145.579	9.872.989
Total		10.726.497	12.094.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gol Linhas Aéreas S.A.**Balanços patrimoniais**

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

Passivo e patrimônio líquido negativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	1.714.315	1.183.492
Arrendamentos a pagar	18	1.315.485	1.403.466
Fornecedores	19	1.415.649	1.190.236
Fornecedores - Risco sacado	20	-	554.467
Obrigações trabalhistas		305.704	377.701
Impostos a recolher	21	70.834	103.020
Taxas e tarifas aeroportuárias		907.958	728.339
Transportes a executar	22	1.845.378	1.765.822
Programa de pontos		5.818	6.041
Adiantamentos de clientes	23	1.239.606	975.617
Provisões	24	169.381	203.816
Obrigações com operações de derivativos	31.2	5.297	9.080
Outras obrigações		270.460	57.926
Total circulante		9.265.885	8.559.023
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	643.547	717.602
Arrendamentos a pagar	18	6.266.379	4.646.105
Fornecedores	19	32.658	13.401
Impostos a recolher	21	32.362	84
Adiantamento de clientes	23	787.264	-
Provisões	24	1.323.959	1.026.252
Obrigações com operações de derivativos	31.2	-	11.270
Obrigações com empresas relacionadas	27	4.897.933	3.452.816
Impostos diferidos	12	133.166	156.017
Outras obrigações		15.007	11.327
Total não circulante		14.132.275	10.034.874
Patrimônio líquido negativo			
Capital social	25	4.554.280	4.554.280
Reservas de capital		1.175.108	1.154.068
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.337.658)	(571.088)
Prejuízos acumulados		(17.063.393)	(11.636.910)
Total patrimônio líquido negativo		(12.671.663)	(6.499.650)
Total		10.726.497	12.094.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gol Linhas Aéreas S.A.**Demonstrações dos resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2020	2019
Receita líquida			
Transporte de passageiros		5.555.546	12.592.018
Transporte de cargas e outros		340.237	464.678
Total receita líquida	28	5.895.783	13.056.696
Custos dos serviços prestados	29	(5.562.986)	(9.751.962)
Lucro bruto		332.797	3.304.734
 Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais		(454.647)	(970.859)
Despesas administrativas		(1.098.580)	(1.024.112)
Outras (despesas) receitas operacionais		(270.756)	281.190
Total despesas operacionais	29	(1.823.983)	(1.713.781)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(439)	77
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		(1.491.625)	1.591.030
 Resultado financeiro			
Receitas financeiras		326.406	296.761
Despesas financeiras		(1.958.595)	(1.381.843)
Despesas financeiras, líquidas	30	(1.632.189)	(1.085.082)
Resultado antes da variação cambial, líquida		(3.123.814)	505.948
Variação cambial, líquida	30	(2.324.973)	(304.869)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.448.787)	201.079
 Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(351)	(1.245)
Diferido		22.851	14.006
Total imposto de renda e contribuição social	12	22.500	12.761
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(5.426.287)	213.840
Lucro (prejuízo) básico e diluído de ações ordinárias e preferenciais	26		
Por ação ordinária		(1,031)	0,041
Por ação preferência		(1,031)	0,041

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gol Linhas Aéreas S.A.**Demonstrações dos resultados abrangentes**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(5.426.287)	213.840
Outros resultados abrangentes que serão revertidos ao resultado			
Hedge de fluxo de caixa, líquido de IR e CS	31	(781.034)	(30.021)
Ganhos (perdas) atuariais de planos de pensão e benefícios pós-emprego	24	14.464	(41.045)
		(766.570)	(71.066)
Total dos resultados abrangentes do exercício		(6.192.857)	142.774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(E em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reservas de capital			Ajustes de avaliação patrimonial			
		Remuneração baseada em ações	Reserva especial de ágio na incorporação	Reserva de ágio na subscrição de ações	Resultado não realizado de hedge	Benefício pós-emprego	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.554.280	-	1.070.755	43.404	(500.022)	-	(9.368.461)	(4.200.044)
Adoção inicial de normativo contábil – CPC 06 (IFRS 16)	-	-	-	-	-	-	(2.482.289)	(2.482.289)
Saldo após adoção dos normativos contábeis	4.554.280	-	1.070.755	43.404	(500.022)	-	(11.850.750)	(6.682.333)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	213.840	213.840
Outros resultados abrangentes, líquidos	-	-	-	-	(30.021)	(41.045)	-	(71.066)
Total dos resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	(30.021)	(41.045)	213.840	142.774
Opção de compra de ações	-	39.909	-	-	-	-	-	39.909
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.554.280	39.909	1.070.755	43.404	(530.043)	(41.045)	(11.636.910)	(6.499.650)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(5.426.287)	(5.426.287)
Outros resultados abrangentes, líquidos	-	-	-	-	(781.034)	14.464	(196)	(766.766)
Total dos resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	(781.034)	14.464	(5.426.483)	(6.193.053)
Opção de compra de ações	-	21.040	-	-	-	-	-	21.040
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.554.280	60.949	1.070.755	43.404	(1.311.077)	(26.581)	(17.063.393)	(12.671.663)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gol Linhas Aéreas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(5.426.287)	213.840
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa gerado nas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	1.841.973	1.701.115
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	1.096	5.663
Provisão para processos judiciais	271.463	179.454
(Reversão) provisão para obsolescência de estoque	702	1.494
Provisão para perda com adiantamento a fornecedores	31.486	-
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	63.459	10.604
Impostos diferidos	(22.851)	(14.007)
Descontos concedidos na venda antecipada de passagens	72.092	74.160
Equivalência patrimonial	439	(77)
Remuneração baseada em ações	21.040	39.909
Perdas atuariais de benefício pós-emprego	10.041	4.907
Variações cambiais e monetárias, líquidas	2.233.182	335.060
Juros sobre empréstimos, arrendamentos e outras	1.088.271	741.059
Provisão e amortização para devolução de aeronaves e motores	(58.702)	357.206
Provisão (reversão) reserva de manutenção e depósitos para garantia	186.856	(33.522)
Derivativos reconhecidos no resultado	657.669	(94.527)
Provisão (reversão) para obrigações trabalhistas	200.441	271.781
Extinção de obrigação por redução de prazo contratual e alteração nos contratos de arrendamento de aeronaves	(283.737)	(275.921)
Baixa de imobilizado e intangível	96.339	139.766
Outras	(3.114)	136
Resultado líquido ajustado	981.858	3.658.100
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	429.482	(249.737)
Aplicações financeiras	95.810	(53.360)
Estoques	2.873	(20.566)
Adiantamento a fornecedores e terceiros	(228.829)	(132.008)
Depósitos	(51.032)	(290.224)
Impostos a recuperar	(73.632)	(110.304)
Arrendamentos variáveis e de curto prazo	18.731	-
Fornecedores	289.586	(272.185)
Fornecedores - Risco sacado	(143.010)	188.771
Transportes a executar	79.556	237.755
Programa de pontos	(223)	3.352
Adiantamento de clientes	979.161	(403.283)
Obrigações trabalhistas	(272.438)	(233.682)
Taxas e tarifas aeroportuárias	179.619	172.040
Impostos a recolher	92	51.919
Operações de derivativos	(779.462)	(74.236)
Pagamentos de processos judiciais e devolução de aeronaves	(285.768)	(307.454)
Outras obrigações	165.449	(24.105)
Juros pagos	(113.755)	(142.624)
Imposto de renda pago	-	(79.299)
Caixa líquido gerado pelas nas atividades operacionais	1.274.068	1.918.870
Transações com partes relacionadas	226.300	(151.093)
Caixa restrito	(102.499)	387.576
Adiantamento para aquisição de imobilizado, líquido	(86.118)	(38.358)
Aquisição de imobilizado	(500.932)	(861.790)
Aquisição de intangível	(28.912)	(42.400)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(492.161)	(706.065)

Gol Linhas Aéreas S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	2020	2019
Captações de empréstimos	476.738	556.651
Pagamentos de empréstimos	(867.800)	(743.217)
Pagamentos de arrendamentos	(1.057.154)	(1.616.426)
Pagamento de prêmio de derivativos	-	(254.070)
Transações com partes relacionadas	449.671	927.273
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(998.545)	(1.129.789)
 Variação cambial do caixa	 2.807	 4.944
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(213.831)	87.960
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	 340.832	 252.872
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	127.001	340.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gol Linhas Aéreas S.A.**Demonstrações do valor adicionado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	2020	2019
Receitas		
Transporte de passageiros, cargas e outras	6.126.431	13.523.358
Outras receitas operacionais	681.863	282.105
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.096)	(13.494)
	6.807.198	13.791.969
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	(2.094.946)	(4.047.344)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.166.321)	(3.073.835)
Seguros de aeronaves	(34.592)	(25.676)
Comerciais e publicidade	(263.509)	(587.107)
Valor adicionado bruto	2.247.830	6.058.007
Depreciação e amortização	(1.841.973)	(1.701.115)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	405.857	4.356.892
Valor adicionado recebido em transferências		
Resultado de equivalência patrimonial	(439)	77
Receita financeira	355.962	296.761
Valor adicionado total a distribuir	761.380	4.653.730
Distribuição do valor adicionado:		
Remuneração direta	1.182.666	1.538.703
Benefícios	170.857	186.867
FGTS	90.174	128.886
Pessoal	1.443.697	1.854.456
Federais	386.477	841.483
Estaduais	14.777	21.750
Municipais	2.513	3.666
Impostos, taxas e contribuições	403.767	866.899
Juros e variação cambial	4.261.746	1.655.651
Aluguéis	77.136	62.760
Outros	1.321	124
Remuneração de capitais de terceiros	4.340.203	1.718.535
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(5.426.287)	213.840
Remuneração de capitais próprios	(5.426.287)	213.840
Valor adicionado total distribuído	761.380	4.653.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A GOL Linhas Aéreas S.A. (“Companhia” ou “GLA”), é subsidiária integral da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“GLAI” ou “GOL”) e explora essencialmente:

- serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros, cargas e malas postais, em âmbito nacional e internacional, na conformidade das concessões das autoridades competentes;
- atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais;
- a prestação de serviços de manutenção, reparo de aeronaves, próprias ou de terceiros, motores, partes e peças;
- a prestação de serviços de *hangaragem* de aviões;
- a prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissaria de bordo e limpeza de aeronaves; e
- o desenvolvimento de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo e às demais atividades descritas acima.

A sede oficial da Companhia está localizada na Pça. Senador Salgado Filho, s/n, Sala de Gerência – Back Office, área pública, eixos 46-48/O-P, Rio de Janeiro, Brasil.

1.1. Ações tomadas pela Administração frente à COVID-19 e a retomada gradual da demanda

A pandemia deflagrada pela COVID-19, considerada pela Organização Mundial da Saúde como “emergência de saúde pública de interesse internacional”, espalhou-se rapidamente pelo mundo, causando rupturas sem precedentes na atividade econômica global.

Tal crise impactou o ambiente macroeconômico, considerando as incertezas decorrentes de questões de saúde pública, política e economia. Conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020 o Produto interno bruto (PIB) caiu 4,1% em comparação a 2019.

Entre as medidas tomadas no país que reduziram a velocidade de propagação e disseminação da doença, estão a recomendação de distanciamento social, as restrições e recomendações de redução de deslocamento e o fechamento de fronteiras. Como consequência, o setor aéreo foi um dos primeiros e mais atingidos em suas operações e resultados.

Desde o início da pandemia, a Companhia por meio da readequação de sua malha aérea, principalmente no segundo e terceiro trimestres de 2020 quando houve uma redução significativa dos voos diários, manteve uma consistência de taxas de ocupação no patamar próximo a 80% que somada às medidas de contenção de custos e de preservação de caixa implementadas, permitem a Companhia estar bem posicionada para a retomada da demanda.

O modelo de negócios flexível com base em um único tipo de frota permitiu que a Companhia, historicamente, atingisse os menores custos operacionais e gerenciamento da capacidade da frota para acompanhar o PIB brasileiro e a demanda de passageiros. Essa flexibilidade foi fundamental no primeiro semestre de 2020 para atender à redução de mais de 90% na demanda de passageiros decorrente das medidas governamentais de controle da propagação da pandemia de COVID-19.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

No quarto trimestre de 2020 a Companhia registrou um aumento nas vendas brutas consolidada de 46%, comparativamente ao terceiro trimestre de 2020, especificamente concentrado em viagens a lazer no mercado doméstico, sendo este o principal polo de atuação da Companhia. Neste mesmo período, as vendas diárias superaram R\$30 milhões, as quais representam 80% dos níveis de venda pré-pandemia. Quanto aos transportes executados, em datas específicas no mês de dezembro, a Companhia registrou aproximadamente 88 mil clientes transportados em um único dia o que representa cerca de 67% do registrado no mesmo dia do ano de 2019.

Em 2020, a Companhia honrou totalmente com os compromissos financeiros firmados junto ao mercado de capitais global, considerando as renegociações e amortizações efetuadas.

A Administração mantém esforços contínuos na gestão de caixa de forma a deter recursos suficientes para cumprir as obrigações financeiras nos próximos doze meses, contudo, o cenário permanece desafiador pelas incertezas relacionadas a pandemia, recuperação da economia brasileira e demanda no setor aéreo. O Grupo GOL por meio de seu Comitê Executivo, que conta com a participação de todo seu corpo diretivo, monitora a recuperação da demanda e estabelece estratégias financeiras e operacionais, como também, define o apoio à sociedade. Dentre as ações já tomadas pela administração, destacam-se as seguintes medidas:

1.1.1 Readequação da operação – Malha

Em 16 de março de 2020, a Companhia reduziu sua capacidade em 50 a 60% no mercado doméstico, e em 90 a 95% no mercado internacional, com o objetivo de refletir a mudança na demanda dos Clientes. A Companhia ajustou sua malha de 750 para 50 voos diários essenciais (malha essencial).

Comparado à malha essencial de abril de 2020, a Companhia já reabriu 42 bases no Brasil para servir 63 bases, representando a totalidade da retomada de suas bases domésticas operadas no início de 2020, com média no quarto trimestre de 2020 de 403 voos diários, o que representa 54% da frequência diária no mesmo período no ano anterior. Desde abril de 2020, a Companhia não ofertou voos internacionais regulares.

Com o retorno contínuo da demanda no quarto trimestre de 2020 e início do verão brasileiro, a Companhia ampliou a oferta de voos na região Nordeste e inaugurou quatro novas rotas domésticas com o intuito de assegurar a mais completa e abrangente malha aérea para atender a retomada das viagens a lazer. Com isto, a Companhia atingiu o marco de 100% dos destinos nacionais operados na alta temporada, em comparação àqueles mesmos operados no início de 2020 (pré-pandemia). A participação atual da Companhia no mercado doméstico é de aproximadamente 40%, representando um aumento de dois pontos percentuais desde o início da pandemia. A liderança no mercado nacional e a exposição de sua malha no mercado interno brasileiro contribuirão ainda mais para a retomada operacional, desalavancagem e sustentação da competitividade.

Em fevereiro de 2021, houve uma queda de 15% na busca por passagens aéreas da Companhia, em relação a janeiro de 2021, com uma redução de 28% no volume de vendas durante esse mês, em função da queda persistente na demanda por viagens decorrente da “segunda onda” de casos de Covid-19 no Brasil, de clientes aguardando pela vacinação e do início da baixa temporada. Como resposta à relevante queda nas vendas, aumento no número de cancelamentos e não comparecimentos (*no-show*), a malha aérea da Companhia foi reduzida em 4% entre a primeira e a quarta semanas de fevereiro de 2021 para adequar os custos ao patamar de entradas. Em março de 2021, a Companhia mantém o plano de redução com operação acerca de 250 voos/dia, o que representa aproximadamente 40% do realizado em março de 2020.

1.1.2 Preservação e fortalecimento da posição de caixa e liquidez

- Arrendamentos de aeronaves e motores: A Companhia concluiu todas suas renegociações com seus parceiros lessores de aeronaves, o que resultou em redução nos fluxos de caixa de arrendamentos atuais e futuros, com a conversão de parte dos pagamentos mensais de fixos para variáveis. Os acordos estão ajustados à recuperação da demanda em 2021 e, também, representam uma efetiva economia na estrutura de custos unitários da Companhia;

- Combustíveis: acordos junto aos fornecedores para prorrogação de pagamentos do saldo em aberto, que foram retomados parceladamente a partir de novembro de 2020 até o final de 2021 e que permitirão à Companhia obter prazo no pagamento das operações subsequentes à medida em que tais parcelas forem liquidadas;

- Pessoal: por meio da adesão a MP 936, convertida na Lei nº 14.020/20, a Companhia adotou medidas de redução de cerca de 50% das despesas com folha de pagamento e respectivos encargos, por meio da redução da jornada de trabalho, suspensão de contratos de trabalho, adesões à licença não remunerada (LNR) e promoveu redução salarial de 50% para os colaboradores e de 60% para os diretores que não foram inseridos no escopo da MP 936.

No mês de junho a Companhia celebrou acordos coletivos junto ao Sindicato Nacional dos Aeronautas e os Sindicatos dos Aeroviários. Entre as principais iniciativas dos pacotes de medidas junto aos Sindicatos, destacam-se a redução salarial de até 50% pelo período de 12 meses e planos de adesão voluntária (programa de demissão voluntária, aposentadoria, *part-time* e licenças não remuneradas). Tais pacotes de medidas entraram em vigor a partir de 1º de julho, com vigência entre 12 e 18 meses, período de recuperação pós-crise, o que possibilita o gerenciamento do crescimento gradual dos custos com a retomada das operações.

Além disso, a Companhia realizou o adiamento do pagamento do bônus relativos ao exercício de 2019 e dos abonos de férias, além da não possibilidade da antecipação do 13º salário;

- Manutenção de motores: negociações de repactuação com os fornecedores estão sendo feitas constantemente, em linha com as necessidades operacionais da Companhia;
- Impostos, contribuições e encargos sociais: postergação de pagamentos de impostos federais em decorrência das medidas promulgadas pelo Governo Federal;
- Comerciais e publicidade: suspensão de gastos com propaganda e publicidade, bem como a interrupção imediata de projetos que não sejam absolutamente essenciais para a continuidade de nossas operações;
- Empréstimos e financiamentos: A Companhia obteve o suporte de seus principais parceiros de crédito e renegociou alongamentos de prazos e rolagens de suas dívidas conforme nota explicativa 17. Destaque para a postergação das debêntures, juntamente com a obtenção de *waiver* para os *covenants* de 2020.

1.1.3 Suporte do Governo e órgão reguladores

- Preservação de recebíveis de passagens: redução no nível de reembolsos e cancelamentos em função de medidas promulgadas pelo Governo Federal que permitiram as remarcações de viagens para um período de até 18 meses;

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- Tarifas aeroportuárias: alteração no prazo de pagamento das tarifas de navegação e taxas aeroportuárias, que poderão ser quitadas até dezembro sem a incidência de multas; e
- Manutenção de slots e habilitações Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC): (i) abono do cancelamento de *slots* pelo índice de regularidade, válido até o final de outubro de 2020, alinhada com decisão semelhante adotada por outras organizações e autoridades de aviação civil, como a Comissão Europeia e a *Federal Aviation Administration* (FAA); e (ii) extensão por 120 dias da renovação de habilitações com vencimento entre fevereiro e dezembro/2020.

1.1.4 Apoio à Sociedade, Colaboradores e Clientes

O transporte aéreo de passageiros é um serviço essencial à sociedade. A Companhia reconhece o dever de cuidado com seus clientes, colaboradores e está trabalhando com as autoridades para ajudar a minimizar o impacto do COVID-19 na população e nos serviços de saúde do país.

Dentre as principais medidas, destaca-se a adoção do uso de máscaras de proteção obrigatória, fechamento das salas VIPs, o desligamento dos totens de autoatendimento, criação de canais de comunicação específicos sobre o coronavírus, implantação do embarque segmentado e adoção do *self-boarding* sem o manuseio de cartão de embarque. Atualmente 90% dos processos para viajar com a Companhia acontecem sem contato humano. Para a realização de seus voos a Companhia adotou medidas adicionais de limpeza de acordo com os novos padrões da ANVISA e de órgãos internacionais. Em 16 de dezembro de 2020, a Companhia recebeu a Certificação Einstein para cancelar os rígidos protocolos de Segurança e Saúde adotados.

No âmbito social, como contribuição e reconhecimento àqueles que combatem a COVID-19 na linha de frente, a Companhia passou a transportar gratuitamente os profissionais de saúde.. Seguindo essa atitude, a Companhia colocou-se à disposição das autoridades do país para transportar gratuitamente as vacinas da COVID-19, em conjunto com a GOLLOG, considerando a frota e a malha altamente capilarizada.

Entre as medidas tomadas, a manutenção da integridade e a saúde dos colaboradores da Companhia é a prioridade. Desde a segunda quinzena de março de 2020, todos os colaboradores da Companhia com funções administrativas passaram a trabalhar remotamente. Os colaboradores estão sendo orientados e acompanhados, de forma ininterrupta, pela liderança da empresa e pela área de Gente & Cultura, que gere recursos humanos.

O maior compromisso da Companhia continuará sendo a integridade e a saúde das pessoas. Seguindo à risca, como feito até agora, as diretrizes da OMS como compromisso de fazer tudo o que está ao alcance para atravessar esse período de turbulência da melhor forma possível.

1.1.5 Impactos nas demonstrações financeiras

Conforme já mencionado, os impactos causados pela pandemia foram imediatos e severos à Companhia, tendo como principal consequência a redução na malha operacional.

As tabelas seguintes contemplam o resumo dos ajustes e reclassificações efetuados nestas demonstrações financeiras, bem como o detalhamento de cada um desses itens e divulgações adicionais:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

31/12/2020		
Perdas com aplicações financeiras	(a)	(56.019)
Desreconhecimento de <i>hedge</i> de fluxo de caixa - combustível	(b)	(315.286)
Desreconhecimento de <i>hedge</i> de fluxo de caixa - receitas em US\$	(c)	(290.345)
Renegociação de contratos de arrendamento - IFRS 16	(d)	19.080
Total		(642.570)

- (a) Muito embora a Administração tenha se mantido fiel à política de investimentos da Companhia, as mudanças abruptas nos índices macroeconômicos, incluindo as reduções na taxa SELIC promovidas pelo Governo Federal, fizeram com que a Companhia registrasse perdas não usuais em suas aplicações em fundos de renda fixa soberano atrelados à SELIC, bem como em fundos de renda fixa de crédito privado com alto grau de liquidez e alta qualidade de crédito.
- (b) Como resultado da redução nas operações a Companhia desreconheceu operações designadas como *hedge* de fluxo de caixa, pois espera-se uma queda no consumo de combustível anteriormente estimado. Dessa forma, a Companhia transferiu do grupo de “ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido para o resultado financeiro como “perdas com derivativos” o montante de R\$315.286 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- (c) Em função da interrupção temporária de todos os voos internacionais, a Companhia também desreconheceu operações de *hedge accounting* utilizadas como forma de reduzir a volatilidade de suas receitas futuras em moeda estrangeira (objeto de *hedge*), utilizando como instrumentos de *hedge* contratos de arrendamento mercantil. Com isso, a Companhia transferiu do grupo de “ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido para o resultado financeiro como “despesas com variação cambial” o valor correspondente a R\$290.345.
- (d) A Companhia celebrou renegociações de seus contratos de arrendamentos de aeronaves e motores operacionais, sem opção de compra, incluindo postergação e diferimento de pagamentos, extensão de prazos e modificação de valores de contraprestação, os quais resultaram no aumento dos direitos de uso no ativo imobilizado e das obrigações de arrendamento em R\$176.041 e R\$156.961, respectivamente, com o resultado de R\$19.080.

31/12/2020		
Balanco patrimonial - Ajustes	Passivo não circulante	Outros resultados abrangentes
Provisão para benefício pós-emprego	(e) (24.235)	24.235

- (e) Diante das mudanças abruptas no cenário macroeconômico a Companhia atualizou os estudos atuariais que determinam as obrigações decorrentes de benefício pós-emprego, e principalmente em função da queda na taxa de juros de longo prazo, o saldo referente a tais obrigações foi reduzido em R\$24.235. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 24.

31/12/2020		
Demonstração de resultado - Reclassificações	Custos dos serviços prestados	Outras receitas e despesas, líquidas
Gastos com pessoal - ociosidade	(f) 161.201	(161.201)
Depreciação de equipamentos de voo - ociosidade	(f) 765.456	(765.456)

- (f) Como consequência na redução na quantidade de voos operados e suspensão de contratos de trabalho, onde a Companhia incorreu com ônus do decurso do tempo e arcou com parte da remuneração de pessoal, por analogia aos dispositivos do CPC 16 (R1) – Estoques, equivalente ao IAS 2, os gastos com pessoal e depreciação de equipamentos de voo não relacionados diretamente com as receitas geradas no período, denominados ociosidade, foram reclassificadas do grupo de custos dos serviços prestados para o grupo de outras receitas e despesas, líquidas.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia efetuou testes de *impairment* nos saldos de ativo imobilizado, ágio e direitos de slots, nenhuma provisão para redução a valor recuperável foi registrada, vide nota explicativa 16.

A Companhia reavaliou as estimativas de realização de impostos diferidos ativos reconhecidos na controladora e não identificou nenhuma necessidade de promover ajuste no saldo, conforme descrito na nota explicativa 12.

1.2. Estrutura de capital e capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta uma posição de patrimônio líquido negativo de R\$12.671.663 (R\$6.499.650 em 31 de dezembro de 2019). A variação observada no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é principalmente resultado da desvalorização do Real frente ao Dólar americano de aproximadamente 28,9%, que afetou negativamente o resultado do exercício por variações cambiais em R\$2.324.973, e dos impactos referentes a pandemia sobre as operações da Companhia, detalhados na nota explicativa anterior.

O capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2020 é negativo em R\$7.684.967 (R\$6.337.765 negativo em 31 de dezembro de 2019), a variação está relacionada principalmente à redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, nos montantes de R\$213.831 e R\$420.370, respectivamente, em função da queda na operação devido à crise econômica causada pela pandemia. Do capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2020, R\$3.090.802 refere-se a transportes a executar, programa de pontos e adiantamentos de clientes (circulante), os quais espera-se que sejam substancialmente realizados com serviços prestados pela Companhia.

As operações da Companhia são sensíveis às variações no cenário econômico e à volatilidade do Real, dado que aproximadamente 91,1% do endividamento (empréstimos e financiamentos e arrendamentos) está negociado em dólar americano (“US\$”) e 36,1% dos custos também são atrelados à moeda americana, enquanto a capacidade de ajustar o preço das tarifas cobradas dos clientes para recapturar a variação do dólar americano depende da capacidade racional (oferta) e comportamento dos concorrentes.

Ao longo dos últimos quatro anos a Administração tomou uma série de medidas para adequar o tamanho de sua frota à demanda, equiparando a oferta de assentos com o patamar da demanda, promovendo assim a manutenção de altas taxas de ocupação, a redução de custos e adequação da estrutura de capital, bem como, executou iniciativas de reestruturação de seu balanço patrimonial.

Com a deflagração da pandemia, que resultou em uma crise econômica sem precedentes, a Administração reorganizou os negócios da Companhia por meio das medidas apresentadas detalhadamente na nota 1.1. A Administração monitora continuamente os efeitos da crise e continuará tomando medidas para fortalecer a posição patrimonial e gerir de forma estratégica o mercado para aprimorar o desempenho das operações, visando garantir a sustentabilidade do negócio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Além do acompanhamento das operações e vendas, dado o cenário de incerteza, a Administração monitora possíveis medidas de reequilíbrio do capital circulante líquido para o ano de 2021, que caso se façam necessárias, podem envolver: a captação de recursos com vencimento de longo prazo para liquidação de passivos de curto prazo; novas renegociações junto a instituições financeiras e fornecedores; e suporte financeiro mediante contratos com partes relacionadas. Estas medidas, caso adotadas, terão como objetivo a otimização da estrutura de capital e a definição será baseada em uma avaliação rigorosa da conjuntura econômica e perspectivas do momento.

Nossas demonstrações financeiras foram preparadas em uma base contábil de continuidade, que contempla a continuidade das operações, a realização dos ativos e a satisfação dos passivos e compromissos no curso normal dos negócios, em conformidade com o plano de negócios elaborado pela Administração, revisado e aprovado pelo Conselho de Administração da GOL. Embora ainda haja uma incerteza significativa sobre quanto tempo levará para a indústria aérea se recuperar, e isso leve a uma incerteza material sobre nossa capacidade de continuar em operação, em 31 de dezembro de 2020 as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que possam resultar da incapacidade de continuar em operação.

1.3. Retomada dos voos com a aeronave Boeing 737 MAX

Em 11 de março de 2019, em decorrência do segundo acidente ocorrido com uma aeronave do modelo Boeing 737 MAX 8, sendo segurança o valor número 1 da Companhia, a Administração decidiu suspender as operações de suas 7 aeronaves deste modelo por deliberalidade, antes que houvesse manifestação dos órgãos reguladores.

Em resposta a tal medida, a Companhia rapidamente reconfigurou sua malha aérea, e como consequência, envidou esforços para suprir racionalmente a capacidade necessária para atender os níveis de demanda que se apresentavam, por meio de novos contratos de arrendamento. A paralisação das aeronaves e os esforços adicionais fizeram com que a Companhia incorresse em custos não planejados, relacionados, mas não limitados a: tarifas *interline* devido a realocação de passageiros, acomodações, refeições e outros gastos com passageiros, consumo adicional de combustível, taxas e tarifas aeroportuárias, salários e encargos atrelados a horas extras, pagamento de arrendamento de aeronaves adicionais e publicidade negativa, causando ruptura nos negócios da Companhia.

Como consequência e em reconhecimento a uma parceria de longa data, a GOL assinou um acordo com a *Boeing*. Os termos do referido acordo são estritamente confidenciais, mas objetivam proporcionar (a) compensação que endereça os danos resultantes de custos adicionais não planejados incorridos desde a paralisação das operações das aeronaves, até o momento, e em decorrência da não entrega das aeronaves, conforme definido nos contratos de compra; (b) redução no número de compromissos firmes de 34 aeronaves (firmados pela GOL); (c) a flexibilidade em ajustar adicionalmente o número de aeronaves; e (d) flexibilidade em converter as ordens existentes por outros modelos da família MAX.

Após aproximadamente 20 meses de paralização, a aeronave Boeing 737-MAX retornou às operações com a efetiva aprovação dos órgãos reguladores – FAA e ANAC – e um processo completo de recertificação, garantindo os mais altos níveis de segurança operacional e confiabilidade. A GLA foi a primeira companhia do mundo a retomar voos comerciais com o MAX, de forma a evidenciar a total confiança que a Companhia possui nesta aeronave e a certeza de que ela está entre os aviões mais seguros e eficientes do mundo. A Companhia realizou uma série rigorosa de voos técnicos, que superaram as exigências estabelecidas pelas entidades reguladoras de aviação, e reintegrou a aeronave à sua frota com o primeiro voo comercial em 9 de dezembro.

1.4. Estrutura societária

A estrutura societária da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, está apresentada a seguir:

Entidade	Data de Constituição	Localidade	Principal Atividade	% de participação no capital social	
				2020	2019
Fundo de investimento exclusivo:					
AirFim (a)	07/11/2003	Brasil	Fundo de investimento	100,0	100,0
Sociedade em conta de participação					
Trip	27/04/2012	Brasil	Revista de bordo	60,0	60,0
(a) O Airfim possui a característica de fundo exclusivo, razão pela qual a Companhia consolida os ativos e passivos deste fundo em suas demonstrações financeiras.					

1.5. Plano de reorganização societária

Em 24 de março de 2021, os acionistas da Smiles Fidelidade S.A. ("Smiles") e GOL aprovaram a proposta de incorporação de ações envolvendo a Smiles.

A proposta de incorporação compreende os seguintes passos, que serão implementados de forma concomitante e interdependente:

- incorporação de ações da Smiles pela Companhia, com a emissão de ações PN e ações PN Resgatáveis da Companhia para os acionistas da Smiles;
- incorporação de ações da Companhia pela GOL, com a emissão de ações PN e ações PN Resgatáveis da GOL para os acionistas da Companhia; e
- Resgate de ações PNs Resgatáveis da Companhia e da GOL, com pagamento em caixa com base no resgate das ações PNs Resgatáveis da GOL aos acionistas da Smiles.

A incorporação de ações resultará na combinação das duas controladas operacionais da GOL, a Companhia e a Smiles, com o objetivo de maximizar valor para todos os acionistas através do alinhamento de interesses das duas sociedades, ao assegurar a continuidade da companhia aérea e do programa de fidelidade, simplificar a governança corporativa, reforçar a estrutura de capital e reduzir os custos operacionais, administrativos e financeiros, assim como as ineficiências tributárias.

Maiores detalhes acerca desta operação, inclusive as definições de relações de troca, protocolo e justificação e demais documentos vinculados, foram divulgados pela Administração e encontram-se disponíveis para leitura e consulta no endereço eletrônico da GOL.

1.6. Programa de **compliance**

Desde 2016, a GOL adotou uma série de medidas para fortalecer e expandir seus programas de controles internos e *compliance*, que envolvem todas suas controladas, dentre as quais se destacam:

- contratação de empresas especializadas para avaliação de riscos e revisão dos controles internos referentes à fraude e corrupção;
- integração das funções de riscos, *compliance* e controles internos através da Diretoria Executiva de Riscos Corporativos, Compliance e Controles Internos, com reporte direto a Presidência e acesso independente ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatutário;
- monitoramento das transações que representam maiores riscos sob a ótica de *compliance*;
- atualização das políticas de compras e aprimoramento dos procedimentos de supervisão da execução de serviços contratados;
- avaliação das contratações de terceiros conforme política interna de *compliance*;

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- revisão do código de ética, do manual de conduta e de diversas políticas de *compliance* incluindo o treinamento obrigatório massivo;
- elaboração e divulgação de regras de conduta para terceiros na relação com a GOL;
- mapeamento de riscos e sua revisão periódica, incluindo os riscos de *compliance*;
- treinamentos e ações de comunicação constantes sobre temas relevantes para *compliance*, incluindo incentivo ao uso do canal de ética; e
- apoio constante as áreas para orientar sobre o cumprimento das políticas de *compliance*.

A Administração reforça constantemente junto aos colaboradores, clientes e fornecedores seu compromisso de melhoria contínua nos seus programas de controles internos e *compliance*.

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, foi firmado em dezembro de 2016 um acordo junto ao Ministério Público Federal ("Acordo"), no qual a GOL concordou em pagar multas de R\$12 milhões e aperfeiçoar seu programa de *compliance*. Em contra partida ao compromisso do Ministério Público Federal de não propor ações de qualquer natureza relacionadas a atividades que sejam objeto do Acordo, adicionalmente a GOL pagou R\$4,2 milhões em multas às autoridades fiscais brasileiras.

A GOL informou voluntariamente o Departamento de Justiça ("DOJ") dos Estados Unidos da América ("EUA"), a *Securities and Exchange Commission* ("SEC") e a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sobre a investigação externa e independente que foi contratada pela GOL, e sobre o Acordo. A investigação foi concluída em abril de 2017, e revelou que foram efetuados pagamentos imateriais a pessoas politicamente expostas. Nenhum dos atuais funcionários, representantes ou membros do Conselho ou Administração da GOL sabiam de qualquer propósito ilegal por trás de qualquer das transações identificadas, ou de qualquer benefício ilícito para a GOL e suas controladas decorrente das operações investigadas.

A GOL informou as autoridades competentes o resultado da investigação e continuará comunicando sobre o desdobramento do tema, acompanhando as análises já iniciadas por estes órgãos. Essas autoridades podem impor multas e possivelmente outras sanções à GOL e suas controladas.

Não houve novos desdobramentos sobre o tema durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2. Declaração da Administração, base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

A Administração, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utilizou-se dos seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras; e (iv) informações provenientes de outras entidades inseridas no mesmo setor, principalmente no mercado internacional.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;
- aplicações financeiras compostas principalmente por fundos exclusivos de investimentos, mensuradas pelo valor justo;
- caixa restrito mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas com base no pressuposto de sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios. Vide detalhes na nota explicativa nº1.2 quanto a incerteza significativa sobre nossa capacidade de continuidade operacional.

3. Aprovação das demonstrações financeiras

A aprovação e autorização para a emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 30 de março de 2021.

4. Resumo das principais práticas contábeis

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia classifica neste grupo os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras dos fundos de investimento e títulos de liquidez imediata que, conforme análises são considerados prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado, e serão utilizadas pela Companhia em curto intervalo de tempo.

4.2. Aplicações financeiras

Na apresentação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia considera as disposições do CPC 48 – “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9, que determina que os ativos financeiros, devem ser inicialmente mensurados a valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua aquisição. Por sua vez, a mensuração subsequente é dividida em duas categorias:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

4.2.1. Custo amortizado

As aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado quando todas as seguintes condições forem atendidas:

- a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente;
- os fluxos de caixa contratuais representam apenas o pagamento de juros e principal ("SPPI"); e

4.2.2. Valor justo

- por meio do resultado abrangente: as aplicações financeiras serão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado abrangente quando ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e vender o ativo; e (ii) os fluxos de caixa contratuais representam SPPI;
- por meio do resultado: é considerada uma categoria residual, ou seja, se a Companhia não planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e/ou vender o ativo, este deve ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia pode ainda optar, no reconhecimento inicial, pela designação do ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado, de forma a eliminar ou reduzir significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento, denominadas "descasamento contábil". Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são para eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil, sendo desta forma avaliados a valor de mercado.

4.3. Caixa restrito

O caixa restrito é composto por aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado, utilizadas principalmente como garantias vinculadas a instrumentos financeiros de curto e longo prazo.

4.4. Contas a receber

São mensuradas com base no valor faturado, líquido das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, e se aproximam do valor justo dado sua natureza de curto prazo. Em aderência ao CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", equivalente ao IFRS 9, a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada através da aplicação da abordagem simplificada, por meio da utilização de dados históricos, projetando-se a perda esperada ao longo da vida do contrato, por meio da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

4.5. Estoques

Os saldos de estoques compreendem principalmente materiais para manutenção e reposição de peças. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição acrescidos de gastos tais como impostos não recuperáveis e despesas aduaneiras incorridos na aquisição e nos gastos com transportes até a localização atual dos itens. As provisões para obsolescência dos estoques são constituídas para aqueles itens que não possuem expectativa de realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

4.6. Imposto de renda e contribuição social

4.6.1. Impostos correntes

No Brasil, compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro ("CSLL"), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, aplicando-se a essa base a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

4.6.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante.

Uma perda para realização desses ativos é reconhecida quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos não é provável.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável, portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de realização, estão sendo divulgados separadamente. Os ativos e passivos fiscais diferidos foram mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e legislação fiscal vigentes na data das demonstrações financeiras.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

4.7. Direitos e obrigações com instrumentos financeiros derivativos

Variações nas taxas de juros, câmbio e nos preços do combustível de aviação expõem a Companhia a riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Com o objetivo de mitigar tais riscos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos que podem ou não ser designados para *hedge accounting* e, se designados, são classificados como *hedge* de fluxo de caixa.

4.7.1. Instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge accounting*

A Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos que não sejam designados para *hedge accounting* quando os objetivos da Gestão de Risco não necessitem de tal classificação. As operações não designadas como *hedge accounting* apresentam a variação de seu valor justo contabilizadas diretamente no resultado financeiro.

4.7.2. Instrumentos derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa

Os instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa visam proteger resultados futuros decorrentes das variações das taxas de juros, do preço de combustível e da variação cambial. A efetividade das variações é estimada com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas do *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos. As variações efetivas do valor justo são contabilizadas no patrimônio líquido em "Outros resultados abrangentes", até o reconhecimento do resultado do objeto do *hedge*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

As ineficácias encontradas em cada período de reporte são reconhecidas no resultado financeiro. As transações de hedge contabilizadas em “Outros resultados abrangentes” apresentam-se líquidas dos efeitos de impostos.

4.7.3. Desreconhecimento e baixa de instrumentos financeiros derivativos

A contabilização do hedge é descontinuada prospectivamente quando a Companhia (i) cancela a relação de proteção; (ii) o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, (iii) quando há baixa previsibilidade de realização do objeto de hedge, ou (iv) quando não se qualifica mais como hedge accounting. Caso a operação seja descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido até aquela data são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

4.8. Depósitos

4.8.1. Depósitos para manutenção de aeronaves e motores

Referem-se a pagamentos efetuados em dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, na utilização do depósito para o pagamento à oficina quando a manutenção é realizada ou por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as negociações efetuadas com os arrendadores. A variação cambial destes pagamentos é reconhecida como despesa ou receita no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperabilidade desses depósitos com base na elegibilidade de aplicação de tais valores em eventos de manutenção futuros e acredita que os valores refletidos no balanço são realizáveis.

Alguns dos contratos preveem que, caso não haja eventos de manutenção com possibilidade de utilização dos depósitos, os valores depositados para esta operação não são reembolsáveis. Tais valores são retidos pelo arrendador e representam pagamentos realizados em função da utilização dos componentes até a data de devolução. Dessa forma, os valores enquadrados nesta categoria, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício na rubrica de “Material de manutenção e reparo”, considerando as análises regulares de recuperabilidade ou no momento da devolução do bem.

Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir depósitos por cartas de crédito, que podem ser executadas pelos arrendadores caso as manutenções das aeronaves e motores não ocorram de acordo com o cronograma de revisão. Vários contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção, e contam com cartas de crédito para a garantia da execução da manutenção nos períodos programados. Até 31 de dezembro de 2020, nenhuma carta de crédito havia sido executada contra a Companhia.

4.8.2. Depósitos judiciais

No decurso das ações impetradas contra a Companhia e sobre as quais esta questiona a legitimidade das reclamações, pode ocorrer que a Companhia seja requerida a efetuar depósitos recursais e/ou judiciais de forma a dar continuidade a sua estratégia de defesa. Tais valores são corrigidos monetariamente em sua maioria pelos índices inflacionários e caracterizam-se como recursos não alcançáveis pela Companhia pendentes de decisão judicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

4.8.3. Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Os depósitos e cauções são denominados em dólar norte-americano e atualizados mensalmente pela variação do câmbio, sem rendimento de juros e são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento.

4.9. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes *rotables* (peças de reposição), são registrados pelo custo de aquisição e/ou construção. Juros e encargos financeiros diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um bem que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado, para fins de depreciação, está demonstrada na nota explicativa nº15.

O valor de mercado estimado ao final de sua vida útil é a premissa para determinação do valor residual dos itens imobilizados da Companhia. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados anualmente pela Companhia. Eventuais mudanças em função da alteração da expectativa de utilização de tais itens resultam em alterações prospectivas.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado. O valor contábil das aeronaves é testado para identificação de perdas no valor recuperável anualmente, mesmo que não haja circunstâncias que indiquem a existência de perdas.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Adicionalmente, a Companhia adota o seguinte tratamento para os grupos abaixo:

4.9.1. Contratos de arrendamento

Desde 1º de janeiro de 2019, a Companhia passou a registrar os contratos de arrendamento de acordo com a norma vigente, o CPC 06 (R2) - “Arrendamentos”, equivalente ao IFRS 16, que difere significativamente da prática contábil adotada anteriormente.

O CPC 06 (R2) estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exigiu que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A Companhia aplica as isenções de reconhecimento para os arrendatários, previstas na norma, para arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou inferior.

Na data de início de um arrendamento, a Companhia, enquanto arrendatária, reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

4.9.2. Ativo de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

O custo de um ativo de direito de uso também contempla uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na devolução do ativo subjacente, restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento. A Companhia incorre na obrigação por esses custos, seja na data de início ou como consequência de ter usado o ativo subjacente durante a vigência do contrato.

4.9.2.1. Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção de rescindir a arrendamento por parte da Companhia.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o decurso do tempo e, consequentemente, o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reavalia o passivo do arrendamento sempre que ocorrem determinados eventos, por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos fluxos de pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário deve reconhecer o valor de remensuração do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

4.9.2.2. Transações de venda e retroarrendamento – *Sale-leaseback*

A determinação do reconhecimento do resultado de transações de *sale-leaseback* utiliza como referência o valor justo do bem negociado. A fonte de informação para obtenção do valor justo são cotações de mercado para itens de natureza semelhante, considerando as condições do bem.

Uma vez definido o valor justo, os ganhos ou perdas são inicialmente calculados com base na diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos e posteriormente ajustados de acordo com a proporcionalidade do direito de uso transferido ao arrendador (sendo esse último o valor efetivo reconhecido em resultado como ganho ou perda).

O cálculo da proporcionalidade é realizado considerando o valor presente dos pagamentos do arrendamento ajustado pelos pagamentos antecipados ou financiamentos adicionais.

4.9.3. Capitalização de gastos com grandes manutenções de motores, aeronaves, trem de pouso e APU's (*Auxiliary Power Unit*)

Os gastos com grandes manutenções, que incluem substituições de peças e mão de obra, são capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do ativo correspondente. Tais custos são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado a incorrer até a próxima data para grande manutenção ou a devolução do bem, o que ocorrer antes. Gastos incorridos que não prolongam a vida útil dos ativos são reconhecidos diretamente no resultado.

4.10. Ativos intangíveis

4.10.1. Vida útil definida

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis de vida útil definida, geralmente softwares, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a vida útil econômica do ativo intangível.

4.10.2. Vida útil indefinida

4.10.2.1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

Nessa categoria estão registrados os valores correspondentes ao ágio decorrente das combinações de negócios efetuadas pela Companhia. O valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor recuperável da unidade geradora de caixa. A Administração realiza julgamentos e estabelece premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

4.10.2.2. Direitos de operações em aeroportos (“*slots*”)

Na combinação de negócios da Companhia e da Webjet, foram adquiridos *slots* que foram reconhecidos pelos seus valores justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente, quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

4.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na contratação e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado, exceto quando sujeitos a capitalização.

4.12. Fornecedores e outras obrigações

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

4.12.1. Fornecedores – risco sacado

A Administração promoveu uma negociação junto aos fornecedores com o objetivo de alongar os prazos de pagamentos. Dessa forma a Companhia assinou um convênio junto a instituições financeiras que permite a antecipação do contas a receber de seus fornecedores. Considerando que a antecipação desse recebimento junto às instituições financeiras é uma opção dos fornecedores, como também, a Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial.

4.13. Transportes a executar

Representa as obrigações da Companhia de prestação de serviços de transporte aéreo e outros serviços auxiliares à obrigação principal junto a seus clientes, líquida da receita de *breakage* já reconhecida no resultado, conforme detalhado na nota explicativa nº4.16.1.

4.14. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

4.14.1. Provisão para devolução de aeronaves

Os contratos de arrendamento de aeronaves regularmente preveem obrigações contratuais estabelecendo condições para devolução. Nestes casos, a Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se tratam de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, cuja mensuração é feita com razoável segurança. Estes gastos referem-se basicamente a reconfiguração de aeronave (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, *checks* de devolução, pintura, entre outro, conforme estabelecido em contrato. O custo estimado é registrado inicialmente a valor presente no ativo imobilizado e a contrapartida da provisão para devolução de aeronaves é registrada na rubrica de “Provisões”. Após o registro inicial, o passivo é atualizado de acordo com a taxa de remuneração de capital estimada pela Companhia, com contrapartida registrada no resultado financeiro. Eventuais alterações na estimativa de gastos a incorrer são registradas de forma prospectiva.

4.14.2. Provisão para devolução de motores

São estimadas com base nas condições mínimas contratuais em que o equipamento deve ser devolvido para o arrendador, observando os custos históricos incorridos e as condições do equipamento no momento da avaliação. Estas provisões são registradas no resultado do exercício a partir do momento em que os requisitos contratuais são atingidos e a próxima manutenção está prevista para uma data posterior à data prevista para devolução do motor. A Companhia estima a provisão para devolução do motor de acordo com o gasto que deverá incorrer, e, quando o valor pode ser confiavelmente estimado. O valor de uma provisão será o valor presente dos gastos que se espera ser exigido para liquidar a obrigação mínima. O prazo será baseado na data que se espera a devolução do motor arrendado, ou seja, o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

4.14.3. Provisão para riscos tributários, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, principalmente no Brasil, cujas avaliações de probabilidades de perdas incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.15. Benefício pós-emprego

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia passou a reconhecer ativos e passivos atuariais relacionados a benefício de plano médico oferecido a seus colaboradores de acordo com o CPC 33 (R1) – “Benefícios a Empregados”, equivalente ao IAS 19. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes tendo como base o relatório atuarial preparado por especialistas independentes, enquanto os benefícios pagos diretamente pela Companhia, o custo do serviço corrente e o custo dos juros são reconhecidos no resultado do exercício.

4.16. Reconhecimento de receita

4.16.1. Receita de passageiros, cargas e serviços auxiliares

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados na rubrica de transportes a executar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquida da estimativa de receita de *breakage*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A receita de *breakage* consiste no cálculo, com base histórica, de bilhetes emitidos que expirarão pela não utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que apresentam grande probabilidade de não utilizá-los. Ao menos anualmente os cálculos são revisados com objetivo de refletir e capturar mudanças no comportamento dos clientes em relação à expiração de bilhetes.

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando as obrigações de desempenho são atendidas.

Outras receitas que incluem serviços fretados, serviços de venda a bordo, tarifas de remarcação de voos, despacho de bagagem e outros serviços adicionais são reconhecidos junto com a obrigação principal de transporte de passageiro.

4.16.2. Adoção de *hedge accounting* para proteção de receitas de passageiros e serviços auxiliares futuros

No curso regular de suas operações a Companhia realiza vendas recorrentes em dólares norte-americanos ("US\$") principalmente em decorrência das rotas internacionais na América do Sul, Central e do Norte. Dessa forma a partir de 1º de agosto de 2019 a Administração adotou o *hedge accounting*, modalidade fluxo de caixa, como forma a reduzir a volatilidade dessas receitas futuras em moeda estrangeira (objeto de *hedge*), consideradas altamente prováveis, conforme previsto e expresso no parágrafo 6.3.1 do CPC 48, utilizando como instrumentos de *hedge* contratos de arrendamento registrados como dívida em decorrência da adoção do CPC 06 (R2).

Com a adoção do *hedge accounting*, os ganhos e perdas cambiais oriundos dos contratos de arrendamento (instrumento de *hedge*) serão acumulados em conta do patrimônio líquido, "Ajuste de avaliação patrimonial", sendo apropriados ao resultado da Companhia no momento da realização das receitas oriundas de vendas em US\$.

O *hedge accounting* deriva do *hedge* natural das operações da Companhia, retratada pelo fluxo de caixa (receitas e amortizações de dívida em US\$) e não representa aumento de custos financeiros, possibilitando a eliminação parcial da volatilidade cambial dos resultados da Companhia. A posição final do patrimônio líquido não é afetada pela adoção desta prática contábil. Os elementos do *hedge accounting* são: (1) objeto de *hedge*: receita altamente provável de vendas em US\$; (2) instrumento de *hedge*: contratos de arrendamento atrelados ao US\$; (3) montante designado: 60 meses de receitas consideradas altamente prováveis com base no intervalo de 80 a 85% de receitas auferidas historicamente, perfazendo um *notional* no momento da adoção inicial no montante de US\$903,102; (4) natureza do risco coberto: variação cambial; (5) especificação do risco coberto: câmbio *spot* USD/BRL; (6) tipo de relação de *hedge*: fluxo de caixa.

4.17. Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos, variações cambiais sobre ativos e passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado, juros sobre empréstimos e financiamentos, comissões e despesas bancárias, entre outros. As receitas e as despesas com juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

4.18. Lucro (prejuízo) por ação

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores.

4.19. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as operações ocorrem. Ativos e passivos monetários designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio vigente da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de “Variação cambial, líquida” na demonstração de resultado do exercício.

As taxas de câmbio em reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

	Taxa final		Taxa média	
	2020	2019	2020	2019
Dólar americano	5,1967	4,0307	5,1425	4,1102
Peso argentino	0,0617	0,0673	0,0622	0,0686

4.20. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras para as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis, seguindo as disposições contidas no CPC 09 – “Demonstração valor adicionado”.

4.21. Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados no exercício corrente

As normas listadas na sequência tornaram-se válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4.21.1. Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* - entradas de recursos e processos necessários para criar *outputs* - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

4.21.2. Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da taxa de juros de referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

4.21.3. Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

4.21.4. Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura conceitual para relatório financeiro

O pronunciamento revisado inclui alguns novos conceitos, atualiza definições e critérios para reconhecimento de ativos e passivos, além de esclarecer conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.21.5. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16, sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à COVID-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao COVID-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Para os contratos renegociados até junho de 2020, os quais tiveram apenas os seus pagamentos postergados até junho de 2021, e atendem as condições previstas na norma, a Companhia optou por não avaliar tais alterações como modificações dos contratos de arrendamento, tendo aplicado o expediente prático supracitado.

4.22. Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

Conforme divulgado na nota explicativa nº2, a Administração fez julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, a saber:

- receita de *breakage* de passagens (nota explicativa nº4.16.1);
- perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº8);
- adiantamento a fornecedores e terceiros (nota explicativa nº 10);
- análise anual do valor recuperável de impostos diferidos (nota explicativa nº12);
- análise de recuperabilidade de depósitos para manutenção (nota explicativa nº13);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas explicativas nº15 e nº16);

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- análise anual do valor recuperável de ágio (nota explicativa nº16);
- análise de valor recuperável de slots (nota explicativa nº16);
- transportes a executar (nota explicativa nº22);
- provisão para devolução de aeronaves e motores (nota explicativa nº24);
- provisões para benefício pós-emprego (nota explicativa nº24);
- provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº24);
- transações com remuneração baseada em ações (nota explicativa nº27);
- direitos e obrigações com operações de derivativos (nota explicativa nº31); e
- valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa nº31).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

4.23. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

4.23.1. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia se tais alterações terão impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários	40.928	130.551
Equivalentes de caixa	86.073	210.281
Total	127.001	340.832

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	Rentabilidade média ponderada (a.a.)	2020	2019
Moeda nacional			
Títulos privados	88,4% do CDI	23.065	147.581
Aplicações automáticas	19,1% do CDI	59.285	5.505
Total moeda nacional		82.350	153.086
Moeda estrangeira			
Títulos privados	-	3.723	57.195
Total moeda estrangeira		3.723	57.195
Total		86.073	210.281

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

6. Aplicações financeiras

	Rentabilidade média ponderada (a.a.)	2020	2019
Moeda nacional			
Títulos públicos	94,4% do CDI	2.465	30.208
Fundos de investimento	43,4% do CDI	206	2.450
Total moeda nacional		2.671	32.658
Moeda estrangeira			
Títulos privados	7,5%	13.023	88.106
Títulos públicos	-	-	29.684
Fundos de investimento	0,6%	757	2.965
Total moeda estrangeira		13.780	120.755
Total		16.451	153.413
Circulante		5.066	153.413
Não circulante		11.385	-

7. Caixa restrito

	Rentabilidade média ponderada (a.a.)	2020	2019
Moeda nacional			
Financiamento de Importação	96,6% do CDI	213.153	114.504
Carta fiança - processos judiciais	91,3% do CDI	52.239	112.024
<i>Standby Letter of Credit</i>	97,9% do CDI	155.184	136.438
Capital de Giro	99,9% do CDI	52.927	510
Total moeda nacional		473.503	363.476
Moeda estrangeira			
<i>Exim Loan</i>	18,6%	31.206	-
Margem de <i>hedge</i>	-	35.697	74.431
Total moeda estrangeira		66.903	74.431
Total		540.406	437.907
Circulante		351.575	298.521
Não circulante		188.831	139.386

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

8. Contas a receber

	2020	2019
Moeda nacional		
Administradoras de cartões de crédito	72.537	406.160
Agências de viagens	124.761	139.362
Agências de cargas	29.902	33.677
Companhias aéreas parceiras	-	291
Outros	18.837	19.711
Total moeda nacional	246.037	599.201
Moeda estrangeira		
Administradoras de cartões de crédito	75.359	121.054
Agências de viagens	13.179	28.524
Agências de cargas	122	1.384
Companhias aéreas parceiras	19.464	30.740
Outros	19.018	11.550
Total moeda estrangeira	127.142	193.252
Total	373.179	792.453
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(18.034)	(16.938)
Total líquido	355.145	775.515

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida de provisões para crédito de liquidação duvidosa, é como segue:

	2020	2019
A vencer		
Até 30 dias	227.450	372.812
De 31 a 60 dias	37.345	113.318
De 61 a 90 dias	10.161	61.241
De 91 a 180 dias	10.279	118.847
De 181 a 360 dias	7.984	26.103
Acima de 360 dias	150	1.330
Total a vencer	293.369	693.651
Vencidas		
Até 30 dias	10.278	47.959
De 31 a 60 dias	21.677	23.288
De 61 a 90 dias	13.501	3.985
De 91 a 180 dias	11.474	3.009
De 181 a 360 dias	785	421
Acima de 360 dias	4.061	3.202
Total vencidas	61.776	81.864
Total	355.145	775.515

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2020	2019
Saldos no início do exercício	(16.938)	(11.275)
Adições e reversões	(1.096)	(13.494)
Baixa de montantes incobráveis	-	7.831
Saldo no final do exercício	(18.034)	(16.938)

9. Estoques

	2020	2019
Materiais de consumo	14.534	14.274
Pecas e materiais de manutenção	181.104	184.939
Total	195.638	199.213

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A movimentação da provisão para obsolescência de estoques é conforme segue:

	2020	2019
Saldos no início do exercício	(14.302)	(12.808)
Adições	(702)	(2.168)
Baixas	2.142	674
Saldos no final do exercício	(12.862)	(14.302)

10. Adiantamento a fornecedores e terceiros

	2020	2019
Adiantamento a fornecedores nacional	281.328	99.030
Adiantamento a fornecedores internacional	67.486	20.956
Adiantamento para materiais e reparos	48.933	48.931
Outros adiantamentos	-	20.882
Total adiantamento a fornecedores	397.747	189.799
Circulante	308.046	141.412
Não circulante	89.701	48.387

11. Impostos a recuperar

	2020	2019
Antecipações e IRPJ e CSLL a recuperar	15.476	88.272
Imposto de renda retido na fonte	-	3.997
PIS e COFINS (*)	363.913	210.818
Retenção de impostos de órgãos públicos	359	1.274
Imposto de valor agregado recuperável (IVA)	4.687	4.566
Outros	2.800	4.676
Total	387.235	313.603
Circulante	102.682	210.571
Não circulante	284.553	103.032

(*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apurou créditos fiscais extemporâneos de PIS e COFINS, no montante total de R\$126.675 (R\$91.066 em 31 de dezembro de 2019).

12. Impostos diferidos

As posições de passivos diferidos estão apresentadas a seguir e observam os direitos legais exequíveis de compensação que consideram impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributária.

	2019	Resultado	2020
Diferenças temporárias:			
Operações com derivativos	(42.152)	13.252	(28.900)
Direitos de voo	(353.226)	-	(353.226)
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	(183.977)	(10.812)	(194.789)
Estorno da amortização do ágio para fins fiscais	(127.659)	-	(127.659)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e perda de outros créditos	200.043	1.163	201.206
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	82.618	33.138	115.756
Devolução de aeronaves	146.239	47.437	193.676
Operações de arrendamento de aeronaves e outros	64.106	(55.066)	9.040
Outros	57.991	(6.261)	51.730
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	(156.017)	22.851	(133.166)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A Companhia possui prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários futuros anuais, sem prazo para prescrição, não registrados no balanço patrimonial nos seguintes montantes:

	2020	2019
Prejuízo fiscal de IRPJ	8.404.052	5.017.227
Base negativa de CSLL	8.404.052	5.017.227
Crédito tributário potencial	2.857.378	1.705.857

A conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é demonstrada a seguir:

	2020	2019
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(5.448.787)	201.079
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	1.852.588	(68.367)
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	(149)	26
Diferença de alíquota sobre resultado de sucursais	32.383	120.629
Imposto de renda sobre diferenças permanentes e outros	24.562	32.930
Variação cambial sobre investimentos no exterior	16.901	(72.457)
Variação dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias	(613.357)	-
Despesas não dedutíveis, líquidas	(142.515)	-
Benefício constituído (não constituído) sobre prejuízos fiscais	(1.147.562)	-
Utilização de créditos fiscais em parcelamento especial	(351)	-
Imposto de renda e contribuição social total	22.500	12.761
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(351)	(1.245)
Diferido	22.851	14.006
Total imposto de renda e contribuição social	22.500	12.761

13. Depósitos

	2020	2019
Depósitos judiciais	591.161	763.735
Depósito para manutenção	1.032.418	830.282
Depósitos em garantia de contratos de arrendamento	289.705	245.271
Total	1.913.284	1.839.288

13.1. Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais representam garantias de processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas, mantidos em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. Parte dos depósitos judiciais referem-se a processos de ações cíveis e trabalhistas decorrentes de pedidos de sucessão em processos movidos contra Varig S.A. ou, ainda, a processos trabalhistas movidos por colaboradores que não pertencem à Companhia ou a qualquer parte relacionada. Tendo em vista que a Companhia não é parte legítima para figurar no polo passivo de referidas ações judiciais, sempre que tais bloqueios ocorrem, é demandada sua exclusão e respectiva liberação dos recursos retidos. Em 31 de dezembro de 2020, os valores bloqueados referentes a processos de sucessão da Varig S.A. e a processos de terceiros eram de R\$75.771 e R\$90.024, respectivamente (R\$93.952 e R\$89.664 em 31 de dezembro de 2019).

13.2. Depósitos para manutenção

A Companhia efetua depósitos em dólar norte-americano para manutenção de aeronaves e motores, que serão utilizados em eventos futuros conforme estabelecido em determinados contratos de arrendamento mercantil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas às manutenções ou ao risco associado às atividades operacionais. A Companhia detém o direito de escolher realizar as manutenções internamente ou através de seus fornecedores.

A Companhia possui duas categorias de depósitos para manutenção:

- **Garantia de manutenção:** refere-se a depósitos pontuais que são reembolsados ao final do contrato de arrendamento, e podem também ser utilizados em eventos de manutenção, a depender de negociações com arrendadores. O saldo destes depósitos em 31 de dezembro de 2020 era de R\$273.311 (R\$213.449 em 31 de dezembro de 2019).
- **Reserva de manutenção:** refere-se a valores pagos mensalmente com base na utilização dos componentes e podem ser utilizados em eventos de manutenção conforme determinação contratual. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo referente a tais reservas era de R\$759.107 (R\$616.833 em 31 de dezembro de 2019).

13.3. Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia realiza depósitos em garantia (em dólar norte-americano) às empresas arrendadoras, resgatáveis integralmente no vencimento dos contratos.

14. Investimentos

14.1. Composição dos investimentos

As informações dos investimentos estão demonstradas a seguir:

	2020	2019
	Trip	
Informações relevantes dos investimentos		
Capital social	1.318	1.318
Percentual de participação	60%	60%
Patrimônio líquido	1.359	2.091
Patrimônio líquido ajustado (a)	815	1.254
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(732)	129
Resultado líquido do exercício ajustado (a)	(439)	78
(a) O patrimônio líquido ajustado e o lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado corresponde ao percentual sobre o patrimônio líquido total e lucro líquido (prejuízo) do exercício, ambos deduzidos dos lucros não realizados, quando aplicável.		

(a) O patrimônio líquido ajustado e o lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado corresponde ao percentual sobre o patrimônio líquido total e lucro líquido (prejuízo) do exercício, ambos deduzidos dos lucros não realizados, quando aplicável.

14.2. Movimentação dos investimentos

	Trip
SalDOS em 31 de dezembro de 2018	1.177
Resultado de equivalência patrimonial	77
SalDOS em 31 de dezembro de 2019	1.254
Resultado de equivalência patrimonial	(439)
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	815

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

15. Imobilizado

	Taxa média ponderada (a.a.)	2019	Adições	Baixas	Transferências	2020
Equipamentos de voo						
Custo						
Aeronaves – ROU ⁽¹⁾ com opção de compra ⁽⁴⁾		551.718	-	(551.718)	-	-
Aeronaves – ROU sem opção de compra		3.561.980	704.253	(245.524)	-	4.020.709
Peças e motores sobressalentes – próprios		1.764.295	206.253	(5.887)	(250)	1.964.411
Peças e motores sobressalentes – ROU		109.977	(15.296)	(10.352)	-	84.329
Benfeitorias em aeronaves e motores		3.084.023	351.386	(229.024)	-	3.206.385
Ferramentas		53.455	2.311	(194)	250	55.822
		9.125.448	1.248.907	(1.042.699)	-	9.331.656
Depreciação						
Aeronaves - ROU com opção de compra ⁽⁴⁾		(226.432)	(2.936)	229.368	-	-
Aeronaves - ROU sem opção de compra	21,30%	(719.377)	(783.678)	82.407	-	(1.420.648)
Peças e motores sobressalentes – próprios	7,27%	(706.381)	(133.806)	3.139	-	(837.048)
Peças e motores sobressalentes - ROU	31,51%	(26.745)	(30.274)	9.079	-	(47.940)
Benfeitorias em aeronaves e motores	51,59%	(1.717.552)	(780.053)	215.563	-	(2.282.042)
Ferramentas	10,00%	(24.712)	(4.148)	163	-	(28.697)
		(3.421.199)	(1.734.895)	539.719	-	(4.616.375)
Total líquido - equipamentos de voo		5.704.249	(485.988)	(502.980)	-	4.715.281
Imobilizado de uso						
Custo						
Veículos		11.150	159	(44)	-	11.265
Máquinas e equipamentos		63.003	888	(1.139)	-	62.752
Móveis e utensílios		32.585	1.386	(1.580)	-	32.391
Computadores e periféricos – próprios		43.949	2.773	(1.110)	-	45.612
Computadores e periféricos – ROU		21.992	-	-	-	21.992
Equipamentos de comunicação		2.542	8	(324)	-	2.226
Equipamentos de segurança		856	-	(803)	-	53
Benfeitoria em propriedade de terceiros – CMA ⁽³⁾		107.637	-	-	-	107.637
Benfeitoria em propriedade de terceiros		69.207	330	-	4.210	73.747
Imóveis de terceiros – ROU		19.203	5.307	(70)	-	24.440
Obras em andamento		17.522	1.141	-	(4.210)	14.453
		389.646	11.992	(5.070)	-	396.568
Depreciação						
Veículos	20,00%	(9.101)	(514)	43	-	(9.572)
Máquinas e equipamentos	10,00%	(45.403)	(4.036)	1.065	-	(48.374)
Móveis e utensílios	10,00%	(19.761)	(2.048)	1.513	-	(20.296)
Computadores e periféricos – próprios	20,00%	(32.344)	(3.387)	1.093	-	(34.638)
Computadores e periféricos – ROU	36,13%	(7.682)	(7.778)	-	-	(15.460)
Equipamentos de comunicação	10,00%	(2.080)	(94)	305	-	(1.869)
Equipamentos de segurança	10,00%	(615)	(3)	586	-	(32)
Benfeitoria em propriedade de terceiros – CMA	12,05%	(102.675)	(5.014)	-	-	(107.689)
Benfeitoria em propriedade de terceiros	20,99%	(37.574)	(10.042)	-	-	(47.616)
Imóveis de terceiros – ROU	36,29%	(6.301)	(7.748)	73	-	(13.976)
		(263.536)	(40.664)	4.678	-	(299.522)
Total líquido - imobilizado de uso		126.110	(28.672)	(392)	-	97.046
Perdas por redução ao valor recuperável ⁽²⁾	-	(41.719)	7.387	-	-	(34.332)
Total		5.788.640	(507.273)	(503.372)	-	4.777.995
Adiantamento a fornecedores	-	24.312	86.118	-	-	110.430
Total imobilizado		5.812.952	(421.155)	(503.372)	-	4.888.425

(1) ROU – Direito de uso

(2) Saldo referente a perdas por redução ao valor recuperável para itens *rotables* (peças de reposição), classificados na rubrica de “Peças e motores sobressalentes”, constituído pela Companhia de forma que os ativos sejam apresentados pela sua real capacidade de geração de benefício futuro esperado.

(3) CMA – Centro de manutenção – Confins/MG

(4) Baixa decorrente da transação da substituição de contratos de arrendamento.

(5) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de peças sobressalentes está concedido em garantia ao *Secured Senior Notes* 2026 emitido pela controladora.(6) Em 31 de dezembro de 2020, 19 motores da Companhia estão concedidos em garantia ao *Spare Engine Facility* e ao *Loan Facility*, conforme nota explicativa 17.

16. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível está apresentada a seguir:

	Taxa média ponderada (a.a.)	2019	Adições	Baixas	2020
Custo					
Ágio		542.302	-	-	542.302
Slots		1.038.900	-	-	1.038.900
Softwares		490.528	28.912	(97.742)	421.698
Total custo		2.071.730	28.912	(97.742)	2.002.900
Amortização					
Softwares	21,83%	(343.290)	(66.414)	97.496	(312.208)
Total amortização		(343.290)	(66.414)	97.496	(312.208)
Intangível líquido		1.728.440	(37.502)	(246)	1.690.692

Os saldos de ágio e dos direitos de operação em aeroportos (*slots*) foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2020 e 2019 por meio do fluxo de caixa descontado para cada unidade geradora de caixa, dando origem ao valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – “UGC”). Para a determinação do valor contábil de cada UGC, a Companhia considera não somente os intangíveis registrados, bem como todos os ativos tangíveis necessários para a condução dos negócios, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Companhia obterá geração de benefício econômico.

Os resultados obtidos foram comparados com o valor contábil de cada unidade geradora de caixa e, como resultado, a Companhia não reconheceu perdas em relação ao valor recuperável de suas UGCs.

As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso das unidades geradoras de caixa foi preparado de acordo com o plano de negócios da GOL e aprovado pelo Conselho de Administração da GOL.

As principais premissas consideradas pela Administração para a determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa são:

- Capacidade e frota: considera a utilização, a capacidade da aeronave utilizada em cada trecho e a projeção de tamanho da frota em operação.
- Demanda: a eficiência de mercado é o principal input para a projeção de crescimento da demanda da Companhia. A Administração considera que a eficiência de mercado é a razão entre sua participação no mercado (market share) e sua participação na oferta (seat share). Este indicador reflete o quão eficientemente a Companhia emprega a sua participação na oferta total do mercado em função de sua captura de demanda por transporte aéreo.
- Receita por passageiro: considera o preço médio praticado pela Companhia e considera efeitos de variáveis de mercado (vide variáveis utilizadas abaixo).
- Custos operacionais associados ao negócio: baseados em seu custo histórico e atualizados por indicadores, como inflação, relação com a oferta, demanda e variação da moeda norte-americana.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A Companhia também considerou variáveis de mercado tais como PIB (fonte: Banco Central do Brasil), dólar norte-americano (fonte: Banco Central do Brasil), barril de querosene (fonte: Agência Nacional de Petróleo Brasileira – “ANP”) e taxa de juros (fonte: Bloomberg).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

17. Empréstimos e financiamentos

A composição e a movimentação dos empréstimos e financiamentos estão apresentadas a seguir:

			2019								Amortizações de custos e ágio	2020		
	Venci- mento	Taxa efetiva de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial		Circulante	Não circulante	Total
Em R\$:														
Capital de Giro (a)	10/2025	6,48%	-	-	-	704.172	(450.532)	20.261	(17.011)	-	-	239.615	17.275	256.890
Debêntures VII (b) ⁽¹⁾	03/2022	3,41%	289.423	289.302	578.725	-	-	25.936	(23.638)	-	6.065	440.918	146.170	587.088
Em US\$:														
Financiamento de importação (c)	01/2021	5,63%	663.979	-	663.979	25.974	(103.238)	41.326	(45.856)	201.474	-	783.659	-	783.659
Financiamento com garantia Ex-Im Bank (d)	12/2022	0,92%	180.812	76.395	257.207	124.074	(216.829)	5.488	(4.469)	71.877	7.396	194.786	49.958	244.744
Spare Engine Facility (e)	09/2024	2,56%	17.551	201.084	218.635	-	(63.482)	8.957	(9.282)	64.670	282	22.771	197.009	219.780
Loan Facility (f)	03/2028	4,73%	31.727	150.821	182.548	59.949	(33.719)	11.974	(8.969)	53.681	237	32.566	233.135	265.701
Total			1.183.492	717.602	1.901.094	914.169	(867.800)	113.942	(109.225)	391.702	13.980	1.714.315	643.547	2.357.862

⁽¹⁾ Durante o exercício findo em 30 de setembro de 2020, após *split* houve divisão em três séries: Série 1 com taxa de 120% do CDI; Série 2 com taxa CDI + 5,40% e série 3 com taxa CDI + 3,50%.

(a) Emissão de operações que tem o objetivo de manutenção e gestão de capital de giro da Companhia.

(b) Emissão de 88.750 debêntures em 22 de outubro de 2018, com a finalidade de liquidação integral antecipada da Debêntures VI.

(c) Linhas de crédito junto a bancos privados, utilizadas para financiamento de importação de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. As taxas de juros negociadas são Libor 3m+4,40% a.a. e Libor 1m+3,25% a.a.

(d) Financiamento para realização de serviços de manutenção de motores com garantia do Ex-Im Bank com taxa média de 0,81% a.a., composta por 4 operações, sendo 3 operações com vencimentos em 2021 e 1 operação com vencimento em 2022.

(e) Empréstimo com garantia de motores próprios da Companhia, com vencimento em 2024.

(f) Empréstimos com garantia de 5 motores no total, realizado em 28 de junho de 2018. As taxas contratadas variam entre Libor 6m+2,35% a.a. até Libor 6m+4,25% a.a.

O total de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020 incluem custos de captação de R\$16.110 (R\$24.001 em 31 de dezembro de 2019) que são amortizados ao longo da vigência dos respectivos empréstimos e financiamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

17.1. Novas captações de empréstimos e financiamentos realizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

17.1.1. Capital de Giro

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia captou recursos e renegociou vencimentos de contratos desta modalidade, com a colocação de notas promissórias como garantia das operações. Tais operações tem o objetivo de manutenção e gestão de capital de giro da Companhia. As informações acerca de tais financiamentos estão apresentadas a seguir:

Data da operação	Montante (R\$ mil)	Taxa de juros (a.a.)	Data de vencimento
Novas captações			
20/04/2020	21.195	8,52%	20/07/2020
20/04/2020	72.000	10,03%	20/07/2020
20/04/2020	94.830	8,99%	18/08/2020
08/05/2020	147.871	CDI + 6,9%	07/08/2020
11/05/2020	10.013	8,60%	10/08/2020
13/05/2020	24.000	CDI + 8%	12/03/2021
15/05/2020	254.468	CDI + 2,5%	09/11/2020
07/10/2020	59.795	8,58%	07/12/2020
23/10/2020	10.000	6,90%	23/10/2025
26/11/2020	10.000	10,69%	19/05/2023
Total	704.172		
Renegociações			
20/04/2020	94.830	8,99%	18/08/2020
08/05/2020	105.903	CDI + 6,9%	07/08/2020
18/06/2020	21.195	8,52%	20/08/2020
07/07/2020	110.903	CDI + 6,9%	07/08/2020
20/07/2020	50.000	10,03%	17/11/2020
07/08/2020	44.361	CDI + 6,9%	05/11/2020
10/08/2020	10.013	8,60%	30/09/2020
18/08/2020	94.830	8,99%	30/09/2020
31/08/2020	114.666	CDI + 2,50%	15/03/2021
02/09/2020	37.640	10,03%	01/12/2020
30/09/2020	94.830	8,99%	15/12/2020
30/09/2020	10.013	8,60%	15/12/2020
07/12/2020	59.795	8,58%	05/03/2021
15/12/2020	94.830	8,99%	15/03/2021
15/12/2020	10.013	8,60%	15/03/2021
Total	953.824		

17.1.2. Financiamento de importação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia captou recursos e renegociou vencimentos de contratos desta modalidade, com a colocação de notas promissórias como garantia das operações. Tais operações fazem parte de uma linha de crédito que a Companhia mantém para financiamento de importações, com o objetivo de manutenção de motores, compra de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. As informações acerca de tais financiamentos estão apresentadas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Data da operação	Montante		Taxa de juros (a.a.)	Data de vencimento
	(US\$ mil)	(R\$ mil)		
Novas captações				
19/02/2020	5.920	25.974	4,07%	13/02/2021
Renegociações				
02/01/2020	4.335	18.508	5,79%	30/06/2020
14/01/2020	4.571	19.516	6,22%	13/05/2020
17/01/2020	6.455	27.560	5,71%	15/07/2020
21/01/2020	8.595	36.696	6,22%	20/05/2020
24/01/2020	4.815	20.558	4,17%	15/01/2021
31/01/2020	5.925	25.297	5,63%	29/07/2020
14/02/2020	7.069	31.801	5,59%	12/08/2020
21/02/2020	6.531	29.381	5,56%	19/08/2020
16/04/2020	10.400	56.441	4,14%	16/06/2020
22/04/2020	5.407	29.344	8,60%	20/08/2020
22/04/2020	7.711	41.848	5,65%	19/10/2020
22/04/2020	6.053	32.850	5,65%	19/10/2020
24/04/2020	9.347	50.726	8,52%	24/08/2020
13/05/2020	4.571	19.516	7,93%	10/09/2020
20/05/2020	5.148	21.979	7,87%	17/09/2020
29/05/2020	7.195	39.042	5,12%	25/11/2020
08/06/2020	9.638	52.778	4,95%	05/11/2020
08/06/2020	7.823	42.839	4,29%	06/10/2020
08/06/2020	10.436	57.148	4,95%	05/11/2020
08/06/2020	6.990	38.277	4,29%	06/10/2020
08/06/2020	7.045	38.578	4,95%	05/11/2020
15/06/2020	735	4.025	4,98%	14/12/2020
16/06/2020	10.400	56.441	4,29%	14/10/2020
30/06/2020	4.335	18.508	4,92%	29/12/2020
15/07/2020	6.455	27.560	4,87%	11/01/2021
29/07/2020	5.925	25.297	4,85%	25/01/2021
12/08/2020	7.069	31.801	4,32%	25/09/2020
14/08/2020	3.396	18.581	3,84%	08/01/2021
19/08/2020	6.531	29.381	4,30%	02/10/2020
20/08/2020	5.407	29.344	7,75%	18/12/2020
24/08/2020	9.347	50.726	7,76%	22/12/2020
10/09/2020	4.571	19.516	7,75%	08/01/2021
17/09/2020	5.148	21.979	7,75%	15/01/2021
25/09/2020	7.069	31.801	4,35%	15/12/2020
02/10/2020	6.531	29.381	4,36%	15/12/2020
06/10/2020	7.823	42.839	2,93%	04/01/2021
06/10/2020	6.990	38.277	2,93%	04/01/2021
14/10/2020	10.400	56.441	2,92%	09/01/2021
19/10/2020	7.711	41.848	4,74%	15/12/2020
19/10/2020	6.053	32.850	4,74%	15/12/2020
05/11/2020	9.638	52.778	2,92%	03/02/2021
05/11/2020	10.436	57.148	2,92%	03/02/2021
05/11/2020	7.045	38.578	2,92%	03/02/2021
12/11/2020	6.668	35.554	2,91%	10/02/2021
25/11/2020	7.195	39.042	4,42%	15/12/2020
14/12/2020	735	4.025	4,76%	15/03/2021
15/12/2020	6.531	29.381	4,54%	15/03/2021
15/12/2020	7.711	41.848	4,54%	15/03/2021
15/12/2020	6.053	32.850	4,54%	15/03/2021
15/12/2020	7.195	39.042	4,54%	15/03/2021
15/12/2020	7.069	31.801	4,54%	15/03/2021
18/12/2020	5.407	29.344	7,76%	16/06/2021
22/12/2020	9.347	50.726	7,76%	21/06/2021
29/12/2020	4.335	18.508	4,78%	29/03/2021
Total	363.321	1.837.904		

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

17.1.3. Financiamento com garantia *Ex-Im Bank*

Em junho de 2020, a Companhia realizou a captação apresentada a seguir com caixa restrito (Nota 7) cedido em garantia:

Data da Operação	Principal		Custos		Taxa de juros (a.a.)	Data de vencimento
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)		
19/06/2020	25.000	129.263	1.003	5.189	Libor 6M + 0,6%	23/12/2022

17.1.4. *Loan Facility*

Em março de 2020, a Companhia realizou captação de financiamento com garantia de motores próprios da Companhia. As informações acerca de tal financiamento estão apresentadas a seguir:

Data da operação	Principal		Custos		Taxa de juros (a.a.)	Data de vencimento
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)		
20/03/2020	12.000	60.847	177	898	4,16% a.a.	20/03/2028

17.2. Empréstimos e financiamentos – não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante estão apresentados a seguir:

	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Em R\$:						
Capital de giro	7.543	4.752	2.500	2.480	-	17.275
Debêntures VII	146.170	-	-	-	-	146.170
Em US\$:						
Financiamento com garantia <i>Ex-Im Bank</i>	49.958	-	-	-	-	49.958
<i>Spare Engine Facility</i>	23.075	23.075	150.859	-	-	197.009
<i>Loan Facility</i>	30.936	31.961	33.039	34.197	103.002	233.135
Total	257.682	59.788	186.398	36.677	103.002	643.547

Os valores justos dos empréstimos, em 31 de dezembro de 2020, são conforme segue:

	Contábil	Valor justo
Debêntures	587.088	591.666
Demais empréstimos	1.770.774	1.770.774
Total	2.357.862	2.362.440

17.3. Condições contratuais restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) nas Debêntures VII.

Nas Debêntures VII, a obrigatoriedade de mensuração de tais indicadores é semestral, sendo que em 31 de março de 2020, foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas, onde foi deliberada a suspensão dos efeitos do vencimento antecipado automático, tendo em vista a ausência de pagamento do valor nominal unitário das debêntures referente a parcela vencida em 28 de março de 2020. Na referida Assembleia, foi decidida a prorrogação em 10 dias das obrigações de amortização de principal das debêntures.

Em 9 de abril de 2020, na Assembleia Geral de Debenturistas foi decidida a postergação da amortização das debêntures no valor correspondente a R\$148 milhões, originalmente programada para 28 de março de 2020, sendo, portanto, postergada para 28 de março de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Nesta data, também foi concedida a anuência prévia (*waiver*) em relação ao descumprimento dos índices e limites financeiros estabelecidos relativos ao exercício de 2020, que seriam objeto de medição em 30 de junho e 31 de dezembro de 2020, permanecendo vigentes as demais leituras a partir do exercício de 2021.

Em 25 de setembro de 2020, em Assembleia Geral de Debenturistas foi decidida a postergação da amortização das debentures no valor corresponde a R\$148 milhões, originalmente programada para ocorrer em 28 de setembro de 2020, sendo, portanto, postergada para 28 de março de 2021.

Em 26 de março de 2021, em nova Assembleia Geral de Debenturistas foi deliberada a prorrogação do vencimento da terceira série do dia 28 de março de 2021 para o dia 07 de abril de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

18. Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de arrendamentos a pagar é composto por: (i) R\$16.252 referente a pagamentos variáveis, não inseridos na mensuração do passivo, e arrendamentos de curto prazo, os quais se enquadram na isenção prevista no CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16; e (ii) R\$7.565.612 referente ao valor presente nesta data dos pagamentos futuros de arrendamentos. Em 31 de dezembro de 2019 todo o passivo referia-se ao valor presente dos pagamentos futuros de arrendamentos.

A composição e a movimentação do valor presente dos pagamentos futuros de arrendamentos estão apresentadas a seguir:

	Taxa média ponderada (a.a.)	2019											2020		
		Circulante	Não circulante	Total	Adições	Baixas	Alteração contratual	Pagamentos	Juros incorridos	Pagamento de juros	Depósito em garantia	Variação cambial	Circulante	Não circulante	Total
Em R\$:															
Arrendamentos sem opção de compra	12,92%	20.534	21.063	41.597	5.189	-	118	(13.506)	11.789	-	-	-	31.007	14.180	45.187
Total		20.534	21.063	41.597	5.189	-	118	(13.506)	11.789	-	-	-	31.007	14.180	45.187
Em US\$:															
Arrendamentos com opção de compra	3,75%	128.937	419.892	548.829	-	(618.486)	-	(26.049)	4.592	(4.530)	-	95.644	-	-	-
Arrendamentos sem opção de compra	11,46%	1.253.995	4.205.150	5.459.145	449.060	(85.678)	220.849	(1.017.599)	801.773	-	(44.736)	1.737.611	1.268.226	6.252.199	7.520.425
Total		1.382.932	4.625.042	6.007.974	449.060	(704.164)	220.849	(1.043.648)	806.365	(4.530)	(44.736)	1.833.255	1.268.226	6.252.199	7.520.425
Total arrendamentos		1.403.466	4.646.105	6.049.571	454.249	(704.164)	220.967	(1.057.154)	818.154	(4.530)	(44.736)	1.833.255	1.299.233	6.266.379	7.565.612

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu diretamente no custo dos serviços prestados, o montante de R\$33.721 referente a arrendamentos de curto prazo e pagamentos variáveis, em base linear.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento estão detalhados a seguir:

	Sem opção de compra		Com opção de compra
	2020	2019	2019
2020	-	1.689.735	148.613
2021	2.101.047	1.322.936	148.744
2022	1.981.845	1.124.328	207.654
2023	1.642.264	904.627	72.801
2024	1.260.405	651.245	11.279
2025 em diante	3.720.406	1.938.986	5.550
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	10.705.967	6.980.612	594.641
Menos total de juros	(3.124.103)	(1.479.870)	(45.812)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	7.581.864	5.500.742	548.829
Menos parcela do circulante	(1.315.485)	(1.274.529)	(128.937)
Parcela do não circulante	6.266.379	4.226.213	419.892

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou renegociações de seus contratos de arrendamentos de aeronaves e motores operacionais, sem opção de compra, que resultaram em modificações contratuais relacionadas a extensões de prazo e valores de contraprestação mensais em comparação aos termos originais dos contratos de arrendamento. Para os contratos renegociados que tiveram apenas os seus pagamentos postergados até junho de 2021, a Companhia optou por não avaliar tais alterações como modificações dos contratos de arrendamento, como previsto no expediente prático da alteração do “Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamento em decorrência de Benefício Concedido em Contrato de Arrendamento Relacionado ao Covid-19 para arrendatários”. Para os demais contratos, a Companhia registrou a atualização dessas renegociações, remensurando o passivo de arrendamento uma vez que o diferimento das parcelas ocorrerá com base em novos fluxos de pagamentos, taxa de desconto e taxa de câmbio na data da modificação contratual, conforme previsto na norma vigente. Os efeitos acumulados apurados e atualizados no exercício de 31 de dezembro de 2020 foram divulgados na nota explicativa 1.1.5.

19. Fornecedores

	2020	2019
Moeda nacional	999.679	747.233
Moeda estrangeira	448.628	456.404
Total	1.448.307	1.203.637
Circulante	1.415.649	1.190.236
Não circulante	32.658	13.401

20. Fornecedores – Risco sacado

A Companhia possui contratos que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira e que foram convertidos em operações de capital de giro descritos na nota explicativa 17. Em 31 de dezembro de 2020, não há montante em aberto decorrente das operações de risco sacado (R\$554.467 em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

21. Impostos a recolher

	2020	2019
PIS e COFINS	22.755	36.840
Parcelamento - PRT e PERT	41.641	2.117
IRRF sobre salários	32.099	53.722
ICMS	472	424
IRPJ e CSLL a recolher	4	9
Outros	6.225	9.992
Total	103.196	103.104
Circulante	70.834	103.020
Não circulante	32.362	84

22. Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de transportes a executar classificado no passivo circulante era de R\$1.845.378 (R\$1.765.822 em 31 de dezembro de 2019) e está representado por 6.691.911 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (6.239.179 em 31 de dezembro de 2019) com prazo médio de utilização de 102 dias (59 dias em 31 de dezembro de 2019).

Os saldos de transportes a executar são apresentados líquidos do *breakage* correspondente a R\$300.379 em 31 de dezembro de 2020 (R\$415.688 em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui reembolsos a pagar referentes a transportes não executados no montante de R\$253.963, registrados como Outras obrigações no passivo circulante.

23. Adiantamento de clientes

	2020	2019
Venda antecipada de passagens (*)	2.011.901	970.899
Outros adiantamentos	14.969	4.718
Total	2.026.870	975.617
Circulante	1.239.606	975.617
Não circulante	787.264	-

(*) Vide nota explicativa 27.7

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

24. Provisões

	Benefício pós-emprego	Devolução de aeronaves e motores	Processos judiciais (a)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	96.760	869.078	264.230	1.230.068
Provisões adicionais (reversões) reconhecidas	10.042	(58.702)	271.463	222.803
Provisões utilizadas	-	(113.805)	(171.962)	(285.767)
Alteração de premissas	(24.235)	-	-	(24.235)
Experiência do plano	9.770	-	-	9.770
Ajuste a valor presente	6.454	67.609	-	74.063
Variação cambial	-	266.735	(97)	266.638
Saldos em 31 de dezembro de 2020	98.791	1.030.915	363.634	1.493.340

Em 31 de dezembro de 2020

Circulante	-	169.381	-	169.381
Não circulante	98.791	861.534	363.634	1.323.959
Total	98.791	1.030.915	363.634	1.493.340

Em 31 de dezembro de 2019

Circulante	-	203.816	-	203.816
Não circulante	96.760	665.262	264.230	1.026.252
Total	96.760	869.078	264.230	1.230.068

(a) As provisões realizadas consideram baixas por reavaliação de estimativa e processos liquidados.

24.1. Benefício pós-emprego

A Companhia oferece aos seus colaboradores planos de assistência médica que em decorrência da observação da legislação vigente gera obrigações com benefícios pós-emprego.

Devido ao aumento significativo das taxas indicativas dos títulos públicos federais atrelados à inflação (NTN-B), com vencimentos longos utilizados, conforme determinado pelas normas contábeis aplicáveis, para definição da taxa de desconto utilizadas na determinação do passivo pós-emprego, gerou uma redução no valor da obrigação.

Esta alteração significativa da circunstância econômica motivou a atualização da hipótese de taxa de desconto e, conseqüentemente, do valor da obrigação e da despesa contábil correlacionada para o restante do exercício de 2020. Os montantes referentes a alteração da taxa de desconto e perda de experiência do plano foram contabilizados em outros resultados abrangentes.

Os títulos utilizados para determinação da hipótese da taxa de desconto foram os negociados na data de 22 de junho de 2020. Além da taxa de desconto, a hipótese de inflação de longo prazo também foi atualizada em linha com o relatório de inflação do Banco Central. Para as demais hipóteses utilizadas no cálculo, não foram necessárias atualizações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

As premissas atuariais aplicadas na mensuração do benefício pós-emprego estão apresentadas a seguir:

Premissas atuariais	2020	2019
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
Taxa nominal de desconto a.a.	7,88%	7,23%
Taxa real de desconto a.a.	4,23%	3,60%
Taxa de inflação estimada no longo prazo a.a.	3,50%	3,50%
HCCTR - Taxa de Inflação Médica nominal a.a.	6,86%	6,86%
HCCTR - Taxa de Inflação Médica real a.a.	3,25%	3,25%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Média ponderada de premissas para determinar o custo (receita) do benefício definido		
Taxa nominal de desconto	7,23%	9,93%
Taxa real de desconto a.a.	4,23%	5,70%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,50%	4,00%
HCCTR - Taxa de Inflação Médica nominal a.a.	6,86%	7,38%
HCCTR - Taxa de Inflação Médica real a.a.	3,25%	3,25%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Custo do serviço corrente reconhecido no resultado		
		10.042
Custo dos juros reconhecido no resultado		
		6.454
Total		16.496

24.2. Devolução de aeronaves e motores

Tais provisões consideram os custos que atendem as condições contratuais de devolução de motores mantidos sob arrendamento operacional, bem como para os custos a incorrer de reconfiguração de aeronaves, quando da sua devolução, conforme condições estabelecidas nos contratos de arrendamento. A contrapartida é capitalizada no imobilizado, na rubrica de “Benfeitorias em aeronaves e motores”.

24.3. Processos judiciais

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como prováveis, possíveis ou remotos. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

Caso a Companhia possua demandas judiciais cujos valores não são conhecidos ou razoavelmente estimáveis, mas a probabilidade de perda seja provável, estes não serão registrados, mas sua natureza será divulgada.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25 - “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, equivalente ao IAS 37, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Perda provável		Perda possível	
	2020	2019	2020	2019
Cíveis	98.531	76.146	62.923	61.316
Trabalhistas	243.338	186.251	229.368	215.370
Tributários	21.765	1.833	433.664	450.560
Total	363.634	264.230	725.955	727.246

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente para as causas cíveis e trabalhistas.

As ações de natureza cível são relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral relacionadas a atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos a bagagens. As ações de natureza trabalhista consistem, essencialmente, em temas relacionados a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

Os processos de natureza tributária apresentadas abaixo foram avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo relevantes e de risco possível em 31 de dezembro de 2020:

- A Companhia discute a não incidência do adicional de alíquota de 1% de COFINS sobre importações de aeronaves, partes e peças, no montante de R\$94.790 (R\$82.301 em 31 de dezembro de 2019). A classificação de risco possível decorre do fato de que não houve revogação expressa da desoneração fiscal (alíquota zero) concedida às empresas regulares de transporte aéreo.
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), montante de R\$25.655 (R\$24.809 em 31 de dezembro de 2019) decorrentes de Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo contra a Companhia, no período de Janeiro de 2007 a Dezembro de 2010, referente a uma possível incidência de ISS sobre contratos celebrados com parceiros. A classificação de risco possível decorre do fato de que as matérias em discussão são interpretativas, além de envolverem discussões de matérias fático-probatórias, bem como não havendo posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Multa aduaneira no montante de R\$66.091 (R\$64.923 em 31 de dezembro de 2019) referentes aos Autos de Infração lavrados contra a Companhia por suposto descumprimento de normas aduaneiras referentes a processos de importação temporária de aeronaves. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores sobre a matéria.
- Ágio BSSF Air Holdings ("BSSF"), no montante de R\$65.611 (R\$110.741 em 31 de dezembro de 2019) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Ágio (decorrente da aquisição da antiga VRG) no montante de R\$88.631 (R\$86.998 em 31 de dezembro de 2019) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.

Existem outros processos de natureza tributária avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível que somados com os processos acima totalizam o montante de R\$433.664 em 31 de dezembro de 2020 (R\$450.560 em 31 de dezembro de 2019).

25. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e totalmente integralizado pelos acionistas era de R\$4.554.280, correspondente a 5.262.146.049 ações, sendo 3.773.911.676 ações ordinárias e 1.488.234.373 ações preferenciais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

26. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação. Devido à inexistência de títulos com potencial de diluição, não existem diferenças entre os resultados básico e diluído por ação.

	2020			2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(3.891.630)	(1.534.657)	(5.426.287)	153.362	60.478	213.840
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	3.773.912	1.488.234		3.773.912	1.488.234	
Média ponderada ajustada de ações em circulação e conversões presumidas diluída (em milhares)	3.773.912	1.488.234		3.773.912	1.488.234	
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação	(1,031)	(1,031)		0,041	0,041	

27. Transações com partes relacionadas

27.1. Créditos e obrigações com partes relacionadas - ativo e passivo

Credor	Devedor	Tipo de operação	Taxa a.a.	Saldos	
				2020	2019
GLA	Smiles Fidelidade	Repasse	-	17.832	37.895
GLA	Smiles Viagens	Repasse	-	186	132
GLA	Gol Finance	Mútuo	-	3	-
GLA	GAC	Mútuo	(*)	8.788	161.229
Créditos com empresas relacionadas				26.809	199.256
GLAI	GLA	Mútuo	3,42%	(915.226)	(507.407)
GAC	GLA	Mútuo	(*)	(1.347.546)	(1.018.370)
Gol Finance	GLA	Mútuo	4,59%	(2.633.588)	(1.914.940)
Smiles Fidelidade	GLA	Repasse	-	(1.573)	(12.099)
Obrigações com empresas relacionadas				(4.897.933)	(3.452.816)
Total				(4.871.124)	(3.253.560)

(*) Conforme legislação local, a Companhia aplica juros simbólicos.

27.2. Serviços de transporte e de consultoria

No decorrer de suas operações, a Companhia, por si e por meio de suas subsidiárias celebrou contratos com as empresas listadas a seguir, parte do mesmo grupo econômico da Companhia:

- **Expresso Caxiense S.A.:** Prestação de serviços de transporte de passageiros na ocorrência de voo interrompido, com vigência até 09/03/2023; e
- **Viação Piracicabana Ltda.:** Prestação de serviços de transporte de passageiros, bagagens, tripulantes e colaboradores entre aeroportos, com vigência até 30 de setembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu uma despesa total referente a esses serviços de R\$5.778 (R\$10.560 em 31 de dezembro de 2019). Nesta data, o saldo a ser pago na rubrica de fornecedores às empresas ligadas era de R\$3.344 (R\$1.822 em 31 de dezembro de 2019), e refere-se substancialmente a serviços de transportes junto à Viação Piracicabana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

27.3. Contratos de abertura de conta UATP (“Universal Air Transportation Plan”) com concessão de limite de crédito

A Companhia celebrou contratos de abertura de conta UATP com as partes relacionadas indicadas a seguir: Aller Participações S.A.; BR Mobilidade Baixada Santista S.A. SPE; Breda Transportes e Serviços S.A.; Comporte Participações S.A.; Empresa Cruz de Transportes Ltda.; Empresa de Ônibus Pássaro Marrom S.A.; Empresa Princesa do Norte S.A.; Expresso Itamarati S.A.; Expresso Maringá do Vale S.A.; Expresso União Ltda.; Glarus Serviços Tecnologia e Participações S.A.; Limmat Participações S.A.; Quality Bus Comércio de Veículos S.A.; Super Quadra Empreendimentos Imobiliários S.A.; Thurgau Participações S.A.; Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda.; Turb Transporte Urbano S.A.; Vaud Participações S.A.; e Viação Piracicabana Ltda.; com prazo indeterminado, cuja finalidade é a emissão de créditos para a compra de passagens aéreas emitidas pela Companhia. A conta UATP (cartão virtual) é aceita como meio de pagamento na compra de passagens aéreas e serviços relacionados, buscando simplificar o faturamento e viabilizar o pagamento entre as companhias participantes.

As empresas indicadas acima são de propriedade das pessoas físicas que detém o controle do FIP Volutto e Mobi FIA, principais acionistas da GOL.

27.4. Contratos de parceria comercial estratégica e manutenção

Em 19 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou um acordo de parceria estratégica de cooperação comercial junto à AirFrance-KLM. Em 1º de janeiro de 2017 foi celebrada uma ampliação do escopo para inclusão de serviços de manutenção.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os gastos com manutenção de componentes realizadas junto à oficina da AirFrance-KLM foram de R\$171.290 (R\$284.691 em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui R\$72.519 na rubrica de “Fornecedores” no passivo circulante (R\$142.241 em 31 de dezembro de 2019).

27.5. Remuneração do pessoal-chave da Administração

	2020	2019
Salários, bônus e benefícios	14.695	38.551
Remuneração baseada em ações	9.635	12.948
Encargos sociais	7.509	5.750
Total	31.839	57.249

27.6. Remuneração baseada em ações

Por meio de sua controladora GLAI, é realizada a concessão de remuneração adicional a seus administradores através de outorgas dos planos de opções e ações restritas. Ambos visam estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos administradores e empregados, mitigar os riscos na geração de valor da Companhia e fortalecer o comprometimento e produtividade destes executivos nos resultados de longo prazo. Os instrumentos patrimoniais concedidos aos beneficiários das outorgas são emitidos pela GLAI e os valores apurados são registrados pela Companhia na rubrica de despesas com pessoal. As despesas dos planos apropriadas correspondem a R\$21.040 em 31 de dezembro de 2020 (R\$39.909 em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

27.7. Contrato de venda antecipada de passagens

	2020	2019
Venda antecipada de passagens	2.011.901	970.899
Total	2.011.901	970.899
Circulante	1.224.637	970.899
Não circulante	787.264	-

A Companhia possui contratos de adiantamentos para venda antecipada de passagens com a Smiles Fidelidade. Em 31 de dezembro de 2020, os saldos de adiantamentos em aberto eram remunerados pela taxa média ponderada de 3,40% a.a. (6,71% a.a. em 31 de dezembro de 2019), com contrapartida registrada no resultado financeiro na rubrica “Descontos concedidos”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Smiles Fidelidade realizou as seguintes antecipações e/ou utilizações à Companhia:

Compra antecipada de passagens	
Saldos no início do exercício	970.899
Desembolso referente a contrato firmado em 03/03/2020	310.055
Desembolso referente a contrato firmado em 10/03/2020	115.908
Desembolso referente a contrato firmado em 06/07/2020	1.200.000
Descontos obtidos	72.092
Aquisição de passagens aéreas	(657.053)
Saldos no final do exercício	2.011.901

Em 19 de março de 2021 a Smiles Fidelidade realizou nova antecipação para utilização futura na compra de passagens no valor de R\$300.000, os quais serão remunerados a uma taxa equivalente de 115% do CDI.

28. Receita de vendas

	2020	2019
Transporte de passageiros (*)	5.731.265	12.977.805
Transporte de cargas	316.318	411.054
Outras receitas	78.848	134.499
Receita bruta	6.126.431	13.523.358
Impostos incidentes	(230.648)	(466.662)
Receita líquida	5.895.783	13.056.696

(*) Do montante total, R\$252.729 no exercício findos em 31 de dezembro de 2020 (R\$583.235 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), são compostos por receitas de não comparecimento de passageiros, remarcação e cancelamento de passagens.

A receita por localidade geográfica é como segue:

	2020	%	2019	%
Doméstico	5.161.086	87,5	11.157.273	85,5
Internacional	734.697	12,5	1.899.423	14,5
Receita líquida	5.895.783	100,0	13.056.696	100,0

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

29. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

	2020	2019
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(1.017.948)	(1.671.566)
Combustíveis e lubrificantes	(2.025.701)	(4.047.344)
Material de manutenção e reparo	(335.868)	(569.229)
Gastos com passageiros	(389.998)	(578.744)
Prestação de serviços	(121.414)	(129.802)
Tarifas de pouso e decolagem	(411.065)	(759.774)
Depreciação e amortização	(1.040.844)	(1.664.381)
Recuperação de custos de depreciação ^(a)	25.962	-
Outros custos operacionais	(246.110)	(331.122)
Total custos dos serviços prestados	(5.562.986)	(9.751.962)
Despesas comerciais		
Pessoal	(27.039)	(36.820)
Prestação de serviços	(139.101)	(314.969)
Comerciais e publicidade	(257.533)	(587.107)
Outras despesas comerciais	(30.974)	(31.963)
Total despesas comerciais	(454.647)	(970.859)
Despesas administrativas		
Pessoal	(457.577)	(557.283)
Prestação de serviços	(354.322)	(289.528)
Depreciação e amortização	(35.673)	(36.734)
Outras despesas administrativas	(251.008)	(140.567)
Total despesas administrativas	(1.098.580)	(1.024.112)
Outras receitas operacionais, líquidas		
Substituição de contratos de arrendamento de aeronaves	179.229	-
Recuperação de despesas acordo Boeing ^(a)	193.503	-
Recuperação de tributos pagos	225.385	-
Ociosidade - depreciação e amortização ^(b)	(765.456)	-
Ociosidade - pessoal ^(b)	(161.201)	-
Outras receitas operacionais ^(c)	57.784	281.190
Total outras receitas operacionais, líquidas	(270.756)	281.190
Total	(7.386.969)	(11.465.743)

(a) Acordo Boeing, vide nota explicativa 1.3

(b) Vide nota 1.1.5 (f).

(c) O valor de 2019 é principalmente relativo a remensuração do passivo de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

30. Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Ganhos com derivativos	59.669	84.862
Ganhos com aplicações financeiras e fundos de investimentos	158.253	149.794
Variações monetárias	23.555	31.974
(-) Impostos sobre receitas financeiras (a)	(29.557)	(16.416)
Juros ativos	-	7.451
Outros	114.486	39.096
Total receitas financeiras	326.406	296.761
Despesas financeiras		
Perdas com derivativos	(428.060)	(86.990)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e outros	(376.955)	(445.229)
Comissões e despesas bancárias	(58.599)	(47.777)
Juros de operações de arrendamento	(818.154)	(487.787)
Descontos concedidos	(72.092)	(74.160)
Perdas com aplicações financeiras e fundos de investimentos	(56.019)	(111.564)
Outros	(148.716)	(128.336)
Total despesas financeiras	(1.958.595)	(1.381.843)
Variação cambial, líquida	(2.324.973)	(304.869)
Total	(3.957.162)	(1.389.951)

(a) Relativo ao PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas, de acordo com o Decreto nº8.426 de 1º de abril de 2015.

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As atividades operacionais expõem a Companhia aos riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. Tais riscos podem ser mitigados através da utilização de derivativos do tipo *swaps*, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Política Financeira ("CPF") em consonância com as Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Comitê de Políticas de Riscos ("CPR") e submetidas ao Conselho de Administração. O CPR estabelece as diretrizes, limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

A Companhia não contrata instrumentos de proteção para a totalidade da exposição de riscos, estando, portanto, sujeita às variações de mercado para uma parcela significativa de seus ativos e passivos expostos aos riscos supracitados. As decisões sobre a parcela a ser protegida consideram os riscos financeiros e os custos de tal proteção e são determinadas e revisadas no mínimo mensalmente, em consonância com as estratégias do CPR. Os resultados auferidos das operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento de riscos fazem parte do monitoramento feito pelo Comitê e têm sido satisfatórios aos objetivos propostos.

O setor aéreo permanece exposto aos riscos associados a evolução da pandemia e novas cepas do vírus e à possíveis novas restrições impostas pelas autoridades governamentais para conter a proliferação da doença, de forma que os resultados financeiros da Companhia podem sofrer impactos. Embora se espere que a pandemia, em particular o prolongamento desta e suas incertezas, tenha consequências para os resultados financeiros das empresas aéreas em geral, os riscos associados à Companhia devem ser mensurados à luz de sua posição financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

31.1. Classificação contábil de instrumentos financeiros

As classificações contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão identificadas a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio de resultado		Custo Amortizado ^(b)	
	2020	2019	2020	2019
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	127.001	340.832	-	-
Aplicações financeiras	16.451	153.413	-	-
Caixa restrito	540.406	437.907	-	-
Direitos com operações de derivativos	41.146	3.500	-	-
Contas a receber	-	-	355.145	775.515
Depósitos ^(a)	-	-	1.913.284	1.075.553
Outros créditos e valores	-	-	145.703	99.275
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.357.862	1.901.094
Arrendamentos a pagar	-	-	7.581.864	6.049.571
Fornecedores	-	-	1.448.307	1.203.637
Fornecedores - Risco sacado	-	-	-	554.467
Taxas e tarifas aeroportuárias	-	-	907.958	728.339
Obrigações com operações de derivativos	5.297	20.350	-	-
Outras obrigações	-	-	285.467	69.253

(a) Excluem-se os depósitos judiciais, demonstrados na nota explicativa nº13.

(b) Principalmente por se tratarem de créditos, obrigações com instituições privadas onde, em eventuais liquidações antecipadas, não há modificações substanciais em relação aos valores registrados, os valores justos se aproximam dos valores contábeis destes ativos e passivos, exceto se mencionado de outra forma nesta demonstração financeira.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve reclassificação entre as categorias de instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

31.2. Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos da Companhia foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

	Derivativos			Não derivativo	
	Combustível	Taxa de juros	Câmbio	Hedge de receita	Total
Variações no valor justo					
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2019	(20.350)	-	3.500	-	(16.850)
Ganhos (perdas) reconhecidos no resultado	-	-	18.210	-	18.210
Ganhos (perdas) reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial	(744.973)	-	-	-	(744.973)
Pagamentos (recebimentos) durante o exercício	799.489	-	(20.027)	-	779.462
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2020	34.166	-	1.683	-	35.849
Movimentação de ajuste de avaliação patrimonial					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(53.242)	(311.365)	-	(165.436)	(530.043)
Ajustes de valor justo durante o exercício	(744.973)	-	-	-	(744.973)
Ajustes de Hedge Accounting de Receita	-	-	-	(993.532)	(993.532)
Reversões líquidas para o resultado	318.139	8.158	-	25.543	351.840
Desreconhecimento de objeto de hedge	315.286	-	-	290.345	605.631
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(164.790)	(303.207)	-	(843.080)	(1.311.077)
Despesas/receitas apropriadas					
	(633.426)	(8.158)	18.210	677.644	54.270
Natureza do hedge					
	Classificação				2020
Receita em USD	Receita líquida				(16.086)
Receita em USD	Variação cambial				693.730
Combustível	Custos				(249.328)
Combustível	Resultado financeiro				(384.097)
Juros – arrendamento	Resultado financeiro				(8.158)
Câmbio	Variação cambial				18.210
Total dos efeitos no resultado					54.270

A Companhia pode adotar *hedge accounting* como prática de contabilização dos derivativos que são contratados para proteção de fluxo de caixa e que se qualificam para tal classificação de acordo com o CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", equivalente ao IFRS 9.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adota como *hedge* de fluxo de caixa para proteção de taxa de juros (predominantemente *Libor*), para proteção de combustível aeronáutico e receita futura em dólar.

Como resultado da redução no volume de voos e interrupção das operações internacionais, a Companhia descontinuou as relações de *hedge* de uma porção das operações de *hedge* de combustível designadas como *hedge* de fluxo de caixa e de *hedge accounting* utilizadas como forma de proteger as receitas futuras em moeda estrangeira (objeto de *hedge*), conforme divulgado na nota explicativa 1.1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

O cronograma de realização do saldo de ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2020, referente aos hedges de fluxo de caixa, é como segue:

	2021	2022	2023	2024	Após 2024
Combustível	154.974	9.816	-	-	-
Taxa de juros	15.878	21.707	26.575	26.412	212.635
Hedge de receita	118.571	248.225	301.922	174.362	-
Total	289.423	279.748	328.497	200.774	212.635

31.3. Riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os principais preços de mercado com impacto sobre a Companhia são: preço de combustível, taxa de câmbio e taxa de juros.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada com o objetivo de estimar o impacto no lucro (prejuízo) antes dos impostos e patrimônio líquido sobre a: posição de derivativos em aberto, exposição cambial e às taxas de juros em 31 de dezembro de 2020 para os riscos de mercado considerados relevantes pela Administração da Companhia.

No cenário provável, na avaliação da Companhia, considerou-se a manutenção dos níveis de mercado, de forma que não há impactos sobre o lucro (prejuízo) antes dos impostos e patrimônio líquido. A Companhia considerou ainda os seguintes cenários na variável de risco:

- deterioração de 10% (cenário adverso possível);
- deterioração de 25% (cenário adverso remoto).

As estimativas apresentadas não refletem necessariamente os montantes a serem apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas.

31.3.1. Combustível

O preço do combustível de aeronaves varia em função da volatilidade do preço do petróleo cru e de seus derivados. A Companhia utiliza diferentes instrumentos para proteger a exposição ao preço do combustível, a escolha depende de fatores como liquidez no mercado, valor de mercado dos componentes, níveis de volatilidade, disponibilidade e depósito de margem. Os principais instrumentos são futuros, *calls*, *calls spreads*, *collars* e *swaps*.

A estratégia de Gerenciamento de Risco de Combustíveis da Companhia é baseada em modelos estatísticos. Através de modelo desenvolvido, a Companhia é capaz de (i) medir a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*, visando avaliar se a relação entre o preço do combustível de aviação e o preço do combustível internacional se comporta dentro do esperado; e (ii) definir adequadamente o índice de *hedge* a fim de determinar o volume adequado a ser contratado para proteger a quantidade de litros de combustíveis que será consumido em um determinado período.

Os modelos da Companhia consideram os potenciais fatores de ineficácia que podem impactar nas estratégias de gestão de risco, tais como, alteração na precificação do querosene de aviação por parte dos fornecedores e o descasamento de prazo do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*.

A Companhia tem protegido por contratos de *hedge* aproximadamente 65% do seu consumo de combustível para o ano de 2021 e 23% para o ano de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade considerando oscilação dos preços do barril de combustível aeronáutico cotado em dólar americano, tomando como base o preço do barril em 31 de dezembro de 2020 cotado a US\$48,52:

	Combustível	
	Cotação do barril (em USD)	Impacto (em milhares de reais)
Queda nos preços/barril (-25%)	35,81	(95.280)
Queda nos preços/barril (-10%)	43,67	(27.835)
Aumento nos preços/barril (+10%)	53,49	110.033
Aumento nos preços/barril (+25%)	59,68	283.818

31.3.2. Taxa de juros

A estratégia de gerenciamento de risco de juros da Companhia combina taxas de juros fixas e flutuantes, e determina se será necessário ampliar ou reduzir as exposições às taxas de juros. A Companhia gerencia sua exposição através da apuração do *Basis Point Value* ("BPV") de cada contrato, e utiliza volumes que equivalem à quantidade de BPVs necessários para atingir os objetivos propostos na Gestão de Riscos para a contratação de derivativos.

Através de modelos estatísticos, a Companhia comprova a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*, considerando potenciais fatores de inefetividade, tais como o descasamento de prazo do Instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*.

A Companhia está exposta a operações futuras de arrendamento mercantil, cujas parcelas a serem pagas estão expostas à variação da taxa Libor até o recebimento da aeronave. Para mitigar tais riscos, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui contratos de derivativos de juros Libor em aberto.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia detinha aplicações e dívidas financeiras com diversos tipos de taxas. Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto nos juros anuais apenas sobre as posições com valores significativos em 31 de dezembro de 2020 e expostos às oscilações nas taxas de juros, conforme os cenários demonstrados a seguir. Os valores demonstram os impactos no resultado de acordo com os cenários aplicados:

Risco	Aplicações financeiras líquidas de dívidas financeiras (a)	
	Queda da taxa CDI	Aumento da taxa Libor
Taxas referenciais	1,90%	0,08%
Valores expostos (cenário provável) (b)	194.955	1.268.245
Cenário favorável remoto (-25%)	(1.599)	(246)
Cenário favorável possível (-10%)	(640)	(99)
Cenário adverso possível (+10%)	640	99
Cenário adverso remoto (+25%)	1.599	246

(a) Refere-se à soma dos valores aplicados e captados no mercado financeiro e indexados à taxa CDI e a Libor.

(b) Saldos contábeis registrados em 31 de dezembro de 2020.

31.3.3. Câmbio

O risco de câmbio decorre da possibilidade de variação cambial desfavorável às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia estão expostos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu um ganho total com operações de *hedge* de câmbio no valor de R\$18.210 (R\$1.207 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A exposição patrimonial ao câmbio está sumarizada abaixo:

	2020	2019
Ativos		
Caixa, aplicações financeiras e caixa restrito	114.714	321.581
Contas a receber	127.142	193.252
Impostos a recuperar	-	5.067
Depósitos	289.705	1.075.553
Direitos com operações de derivativos	41.146	3.500
Total do ativo	572.707	1.598.953
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	(1.513.884)	(1.322.369)
Arrendamentos a pagar	(7.520.423)	(6.007.974)
Fornecedores	(448.628)	(456.404)
Provisão para devolução de aeronaves e motores	(1.066.785)	(869.078)
Obrigações com empresas relacionadas	(1.032.725)	(807.933)
Obrigações com operações de derivativos	(5.297)	(20.350)
Total do passivo	(11.587.742)	(9.484.108)
Total da exposição cambial passiva	(11.015.035)	(7.885.155)
Total da exposição cambial R\$	(11.015.035)	(7.885.155)
Total da exposição cambial US\$	(2.119.621)	(1.956.274)
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,1967	4,0307

A Companhia possui essencialmente exposição de variação do dólar norte-americano.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$5,1967/US\$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em 31 de dezembro de 2020:

	Taxa de câmbio	Efeito no resultado
Passivo líquido exposto ao risco de valorização do dólar norte-americano	5,1967	11.015.035
Desvalorização do dólar (-25%)	3,8975	(2.753.759)
Desvalorização do dólar (-10%)	4,6770	(1.101.504)
Valorização do dólar (+10%)	5,7164	1.101.504
Valorização do dólar (+25%)	6,4959	2.753.759

31.4. Riscos de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Os ativos financeiros classificados como caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são depositados em contrapartes que possuem *rating* mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências S&P ou Moody's (entre AAA e AA-), conforme estabelecido por políticas de gestão de risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados frequentemente pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados em mercado de balcão (OTC), junto a contrapartes com *rating* mínimo de *investment grade*, ou em bolsa de valores de mercadorias e futuros (B3 e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. A Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição periodicamente.

31.5. Risco de liquidez

A Companhia está exposta ao risco de liquidez de duas formas distintas: (i) risco de liquidez de mercado, que varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que os ativos são negociados, e (ii) liquidez do fluxo de caixa, relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. A fim de atendimento da gestão de risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deva ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento.

Os cronogramas de vencimento dos passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são como segue:

	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	1.481.497	232.818	613.195	30.352	2.357.862
Arrendamentos a pagar	647.026	668.459	4.762.809	1.503.570	7.581.864
Fornecedores	1.415.649	-	32.658	-	1.448.307
Taxas e tarifas aeroportuárias	907.958	-	-	-	907.958
Obrigações com operações de derivativos	5.297	-	-	-	5.297
Outras obrigações	270.460	-	15.007	-	285.467
Em 31 de dezembro de 2020	4.727.887	901.277	5.423.669	1.533.922	12.586.755
Empréstimos e financiamentos	911.816	311.294	931.848	53.822	2.208.780
Arrendamentos a pagar	1.256.348	1.017.350	5.859.832	967.404	9.100.934
Fornecedores	1.190.236	-	13.401	-	1.203.637
Fornecedores – Risco sacado	554.467	-	-	-	554.467
Taxas e tarifas aeroportuárias	728.339	-	-	-	728.339
Obrigações com operações de derivativos	9.080	-	11.270	-	20.350
Outras obrigações	57.926	-	11.327	-	69.253
Em 31 de dezembro de 2019	4.708.212	1.328.644	6.827.678	1.021.226	13.885.760

31.6. Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia deve fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Hierarquia de valor justo	2020		2019	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	59.285	59.285	340.832	340.832
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	23.065	23.065	-	-
Aplicações financeiras	Nível 1	2.465	2.465	153.413	153.413
Aplicações financeiras	Nível 2	13.986	13.986	-	-
Caixa restrito	Nível 2	540.406	540.406	437.907	437.907
Direitos com operações de derivativos	Nível 2	41.146	41.146	3.500	3.500
Obrigações com operações de derivativos	Nível 2	(5.297)	(5.297)	(20.350)	(20.350)

31.7. Gerenciamento de capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que considera parâmetros adequados para os custos financeiros e os prazos de vencimento das captações e suas garantias. A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo. A tabela a seguir demonstra a alavancagem financeira:

	2020	2019
Total dos empréstimos e financiamentos	(2.357.862)	(1.901.094)
Total de arrendamentos a pagar	(7.581.864)	(6.049.571)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	127.001	340.832
(-) Aplicações financeiras	16.451	153.413
Dívida líquida	(9.796.274)	(7.456.420)

32. Transações que não afetaram o caixa

	2020
Aquisição de imobilizado por meio de financiamentos (imobilizado / empréstimos e financiamentos)	25.974
Depósito e reserva aplicados (depósitos / arrendamentos / fornecedores)	77.009
Aquisição de imobilizado através de reserva de manutenção	39.729
Direito de uso de equipamentos de voo (imobilizado / arrendamentos a pagar)	165.147
Risco sacado (Risco sacado / empréstimos)	411.457
Benefício pós emprego (provisões / patrimônio líquido)	14.464

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

33. Passivos de atividades de financiamento

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 dos passivos das atividades de financiamento da Companhia estão demonstrada a seguir:

	2020										
	Saldo Inicial	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	Transações não caixa			Baixas	Ajuste ao lucro			
				Aquisição de imobilizado por meio de financiamentos	Compensação com depósitos	Captação de empréstimos – risco sacado		Variações cambiais, líquidas	Provisão de juros e amortização de custos	Alterações contratuais e substituição de contratos	Outros resultados
Empréstimos e financiamentos	1.901.094	(391.062)	(109.225)	25.974	-	411.457	-	391.702	127.922	-	-
Arrendamentos a pagar	6.049.571	(1.057.154)	14.201	165.147	(47.215)	-	(84.929)	1.833.255	818.154	(109.166)	-
Obrigações com partes relacionadas	3.452.816	449.671	(13.634)	-	-	-	-	862.416	142.195	-	4.469
											Saldo final
											2.357.862
											7.581.864
											4.897.933

	2019									
	Saldo Inicial	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	Transações não caixa		Aquisição de imobilizado por meio de financiamentos	Ajuste de adoção inicial (CPC 06 (R2))	Ajuste ao lucro		
				Ajuste de adoção inicial (CPC 06 (R2))	Aquisição de imobilizado por meio de financiamentos			Variações Cambiais, líquidas	Provisão de juros e amortização de custos	Outros resultados
Empréstimos e financiamentos	1.867.759	284.715	(657.327)	-	130.788	85.334	-	100.079	-	-
Arrendamentos a pagar	912.145	(1.222.698)	337.932	5.367.456	-	442.913	-	376.950	-	-
Partes Relacionadas	2.305.613	925.350	(6.138)	-	-	217.212	-	78.340	-	-
										Saldo final
										1.811.348
										6.214.698
										3.520.377